

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2023

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Gostaria de compartilhar o resultado do primeiro ano de operação do novo modelo de governança e negócios da Eletrobras. Acreditamos que tudo o mais que a Companhia faz se subordina a uma cultura de alta performance, pautada pela segurança das pessoas, ativos e do meio ambiente, o que é inegociável.

O CAPEX da Companhia atingiu R\$ 9 bilhões, um crescimento superior a 60% em relação a 2022 e quase o dobro em relação a 2021. Estamos concluindo projetos importantes com as obras da linha de transmissão Manaus-Boa Vista com investimento total de R\$ 3,3 bilhões e o parque eólico de Coxilha Negra, o maior investimento em geração da Companhia de cerca de R\$ 2,1 bilhões, composto por 72 aerogeradores e com 302,4 MW de capacidade instalada, já iniciou a operação em fase de testes. Além disso temos 199 empreendimentos de transmissão de grande porte em implantação, prevendo mais R\$ 7,0 bilhões em CAPEX até 2027.

Com a nossa capacidade de investimentos ampliada, participamos de forma ativa do calendário de leilões de transmissão do setor em 2023. No leilão de junho, fomos o único participante que fez lances nos novos lotes, sempre de forma competitiva e com disciplina de capital. Da mesma forma, nos próximos leilões, as decisões de investimento considerarão sempre o planejamento estratégico, sinergias e a criação de valor, com os retornos adequados para o risco de execução de cada lote, garantindo que o conjunto dos nossos ativos continue sendo de alta qualidade, contribuindo para uma efetiva transição energética e para o desenvolvimento da infraestrutura do país.

O ano passado foi marcado pelo avanço significativo no processo de simplificação da estrutura societária. A incorporação de Furnas foi recentemente aprovada na Assembleia Geral Extraordinária e estamos aguardando as anuências necessárias para sua efetivação. Destaque para a conclusão de transações importantes como a aquisição de Retiro Baixo Energética e a consolidação de 100% de Teles Pires e da UHE Baguari. Tivemos avanços na otimização da estrutura de capital de Santo Antônio Energia, que passou pelo processo de reestruturação de suas dívidas, trazendo uma solução definitiva a situação financeira da empresa, com a melhoria do perfil de crédito garantindo sua perenidade e viabilidade econômica.

A melhoria da alocação de capital está sendo implementada através da gestão de portfólio dos ativos, destacando-se o início do processo de venda de térmicas a gás do grupo Eletrobras, iniciativa que materializa o compromisso de sermos uma empresa com matriz de geração 100% renovável. Em 2024, foi concluída a alienação da UTE Candiota, único ativo de geração utilizando carvão do grupo, responsável por aproximadamente um terço das emissões totais, representando importante marco para a Eletrobras na busca pela redução das emissões de CO2 e em linha com a meta net zero em 2030, de acordo com as diretrizes do *Science Based Targets Initiative*. Queremos que a Eletrobras seja referência e líder reconhecida na transição energética.

Os resultados financeiros ano de 2023 mostraram a busca pela disciplina de capital e pela maior eficiência de custos e despesas. As despesas de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) tiveram uma redução de 10% em relação a 2022. O EBITDA cresceu 49% e totalizou R\$ 17 bilhões e o lucro líquido anual atingiu R\$ 4,4 bilhões, um aumento de 21% em relação a 2022, demonstrando o impacto positivo do aumento das receitas de transmissão, a adequação de custos e despesas, a simplificação da estrutura administrativa da Companhia. O resultado ainda reflete eventos extraordinários típicos de um processo de *“de-risking”*, mas a expectativa é que esses eventos se reduzam no tempo e o resultado seja cada vez mais previsível e estável, refletindo a crescente resiliência e capacidade de geração de valor de nossas operações.

Nossa disciplina financeira e na alocação de capital possibilitou a proposta de distribuição de dividendos no valor de R\$ 1,3 bilhão, adicionado ao montante de R\$ 2,0 bilhões com o programa de recompra de ações realizadas em 2023.

Ao mesmo tempo, temos avançado na construção da Eletrobras do futuro. Os pilares da nossa visão são três: cultura e segurança, clientes e uma atuação empresarial responsável. Esses são os valores sobre os quais a Eletrobras construirá uma empresa perene, resiliente, engajada e capaz de entregar valor para a sociedade e seus acionistas.

O mercado de energia tem passado por constantes mudanças. A comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração e será acelerada em 2024. Somente nos meses de janeiro e fevereiro, cerca de 3.900 consumidores migraram para essa modalidade. Estamos construindo uma Companhia voltada para o atendimento do cliente. Nesse contexto é fundamental que sejamos uma empresa orientada ao mercado, que desenvolve soluções adaptadas às suas demandas e alinha seus processos para expandir constantemente a sua base.

Avançamos na estruturação da área de comercialização de energia, que agora atua no mercado de forma integrada e coordenada pela *holding*. A Eletrobras possui um ciclo de comercialização anual com base em metas e diretrizes de aprovação da estratégia, nível de contratação dos ativos, decisões orçamentárias e de planejamento. Chegamos a uma base de cerca de 400 clientes no mercado livre, desse total, cerca de 270 representam consumidores finais, um avanço de 484% quando comparado aos 46 consumidores finais de 2022. Num cenário de melhora dos preços de energia, como o que se desenha atualmente, o impacto dessas iniciativas deve ser ainda mais visível nos resultados da Companhia.

Estamos comprometidos em promover a transformação cultural da Eletrobras. Ao longo de 2024, a atração de novos talentos, a valorização daqueles que estão conosco e a garantia que temos um time engajado, aliado à melhoria constante dos indicadores de segurança serão as prioridades na pauta de pessoas.

A responsabilidade em cuidar do planeta segue como foco das ações ESG. Em 2023, a Eletrobras continuou tendo suas práticas reconhecidas – permanecemos no *S&P Global Sustainability Yearbook 2024* pelo 4º ano consecutivo, estamos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 e avançamos para a categoria de *Leadership* nas dimensões de *Climate Change* e *Water Security* do CDP. Mas o compromisso é incorporar a visão ESG na tomada de decisões de negócio. Isso já se materializa, por exemplo, com o fortalecimento das relações com comunidades e povos indígenas.

Destaque para aprovação pelo Conselho de Administração das diretrizes estratégicas para o hidrogênio verde com foco em suprir a demanda elétrica da cadeia produtiva com energia limpa e renovável. Buscaremos estabelecer parcerias com o objetivo de aumentar a competitividade de projetos de produção de hidrogênio verde de tal forma que possamos oferecer soluções para parceiros que queiram migrar para uma matriz energética limpa. Esta estratégia nos permitirá, inclusive, aumentar o nível de eletrificação, gerando novas fontes de demanda.

Estamos preparados e animados com os desafios na jornada para criação de valor sustentável para a Eletrobras. Há muito a fazer, mas percebemos com satisfação, que todos os dias, a Eletrobras avança de forma consistente com a visão que hoje une seu Conselho de Administração e corpo executivo.

Agradecemos o apoio, dedicação e esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na construção da nova Eletrobras. Seguimos comprometidos em ser uma empresa segura que maximiza o retorno do capital empregado, persegue maior eficiência, maior retorno para seus acionistas, clientes e profissionais e impacta positivamente a sociedade e o planeta.

Vicente Falconi
Presidente do Conselho de Administração Eletrobras

Ivan Monteiro
Presidente da Eletrobras

2. DESEMPENHO FINANCEIRO

O ano de 2023 foi marcado por grandes transformações que culminaram em um excelente desempenho econômico-financeiro, mesmo em um cenário desafiador de preços de energia. O reflexo se refletiu no aumento do EBITDA de 77% e lucro líquido de 258%, que totalizaram R\$ 7.690 milhões e R\$ 5.897 milhões, respectivamente.

Tabela 1: RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ MILHÕES)

| | 2023 | 2022 | Variação (%) |
|---------------------------------------|---------|---------|--------------|
| Receita Operacional Líquida | 15.067 | 12.438 | 21,14% |
| Custos e Despesas Operacionais | (9.924) | (8.351) | 18,84% |
| Ebitda | 7.690 | 4.334 | 77,41% |
| Resultado Financeiro | (3.272) | (1.720) | 90,23% |
| Lucro Líquido | 5.897 | 1.646 | 258,15% |

2.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)

A melhoria no desempenho dos segmentos de Geração e Transmissão fizeram com que a receita operacional líquida de 2023 atingisse R\$ 15.067 milhões, cerca de 21% superior aos R\$ 12.438 milhões de 2022.

A receita operacional do segmento de Geração, foi positivamente impactada pelos efeitos da consolidação da Madeira Energia S.A. – MESA de R\$ 4.363 milhões, alcançando o valor de R\$ 10.913 milhões, ante R\$ 8.591 milhões em 2022.

O segmento de Transmissão apresentou um incremento de 12% impactado principalmente pelo aumento das receitas de Operação e Manutenção e de Construção, decorrente do volume de investimentos realizados.

Tabela 2: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MILHÕES)

| | 2023 | 2022 | Variação (%) |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Geração | | | |
| Suprimento | 7.781 | 5.072 | 53,42% |
| Fornecimento | 1.462 | 1.404 | 4,10% |
| CCEE | 308 | 486 | -36,57% |
| Receita de Operação e Manutenção | 1.362 | 1.622 | -16,00% |
| Receita de Construção | — | 7 | 100,00% |
| | 10.913 | 8.591 | 27,03% |
| Transmissão | | | |
| Receita de Operação e Manutenção | 2.492 | 2.206 | 12,99% |
| Receita de Construção | 1.250 | 480 | 160,27% |
| Receita Financeira Contratual | 2.932 | 3.253 | -9,87% |
| | 6.673 | 5.938 | 12,38% |
| Outras receitas | 43 | 18 | 144,54% |
| (-) Deduções à Receita operacional | | | |
| (-) ICMS | (185) | (193) | -4,55% |
| (-) PIS e COFINS | (1.653) | (1.268) | 30,40% |
| (-) ISS | (0,5) | (1) | -51,58% |
| (-) Encargos Setoriais | (724) | (646) | 12,04% |
| | (2.562) | (2.109) | 21,53% |
| Receita operacional líquida | 15.067 | 12.438 | 21,13% |

2.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O aumento dos custos e despesas operacionais em 2023 frente ao exercício anterior se deveu, principalmente, ao acréscimo dos valores com encargos de uso da rede (R\$ 443 milhões), devido principalmente à consolidação da Madeira Energia S.A. - MESA e do aumento do custo de construção (R\$ 906 milhões).

Tabela 3: CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MILHÕES)

| | 2023 | 2022 | Variação (%) |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Energia comprada para revenda | (2.108) | (2.198) | 4,07% |
| Encargos sobre uso da rede elétrica | (1.621) | (1.178) | 37,63% |
| Combustível para produção de energia elétrica | (285) | (611) | -53,37% |
| Construção | (1.226) | (320) | 292,54% |
| Depreciação e amortização | (1.465) | (927) | 57,92% |
| Reversões e (Provisões) operacionais | (929) | (307) | 203,04% |
| Total | (7.634) | (5.541) | 37,78% |

2.3 EBITDA

Como reflexo dos impactos anteriormente descritos, houve um aumento de 44% do EBITDA Consolidado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2023 que atingiu R\$ 7.690 milhões, ante R\$ 4.334 milhões em 2022.

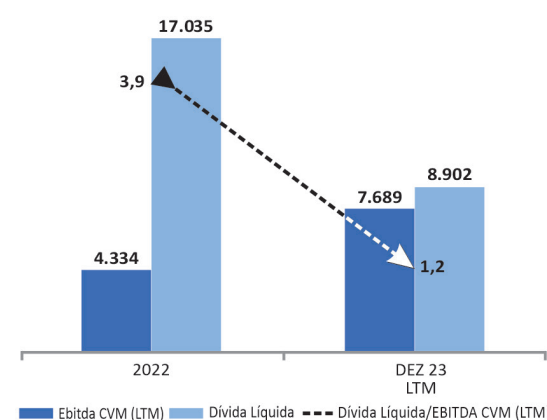
Tabela 4: EBITDA (R\$ MILHÕES)

| | 2023 | 2022 | Variação (%) |
|---|--------------|--------------|---------------|
| Resultado do Exercício | 5.897 | 1.647 | 258,15% |
| (-) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social | 2.944 | (40) | 74,09% |
| (-) Resultado Financeiro | (3.272) | (1.720) | 90,23% |
| (-) Amortização e Depreciação | (1.465) | (927) | 57,92% |
| = EBITDA | 7.690 | 4.334 | 77,41% |

2.4 RESULTADO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

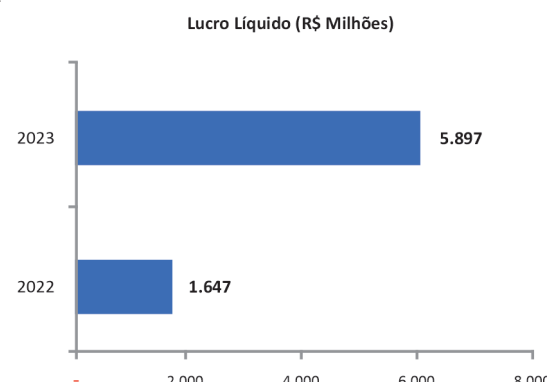
O efeito da consolidação do endividamento de MESA ocasionou uma piora no resultado financeiro, porém devemos destacar uma melhora significativa no indicador Dívida Líquida/EBITDA. A melhora ocorreu com a redução do endividamento e na melhora do EBITDA. Devemos destacar o trabalho de reestruturação financeira da MESA junto aos credores como principal destaque.

De 2022 para 2023, a Dívida Líquida reduziu de R\$ 17.035 milhões para R\$ 8.902 milhões, e o indicador Dívida Líquida/EBITDA passou de 3,9x para 1,2x.



2.5 LUCRO LÍQUIDO

A Eletrobras Furnas apresentou lucro líquido de R\$ 5.897 milhões em 2023, ante R\$ 1.647 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 4.250 milhões.



3. BALANÇO SOCIAL 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

| Geração e distribuição de riqueza | Em 2023 | |
|--|-----------------|-----|
| Distribuição do Valor Adicionado | % governo | -7% |
| A Demonstração do Valor Adicionado – DVA está apresentado, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis | % acionistas | 50% |
| | % empregados | 9% |
| | % financiadores | 42% |
| | % outros | 6% |

I - RECURSOS HUMANOS

1.1 Remuneração

| | | Em 2023 | |
|--|-----|---------|-----------|
| Folha de Pagamento Bruta (FPB - valor total da folha + encargos) | R\$ | | 1.121.415 |
| - Empregados | | | 1.109.188 |
| - Administradores | R\$ | | 12.227 |

1.2 Benefício Concedido

| | Valor (R\$ mil) | % sobre FPB | % sobre RL |
|--|--------------------|---------------|--------------|
| Encargos Sociais | R\$ 231.398 | 20,63% | 1,54% |
| Alimentação | R\$ 57.369 | 5,12% | 0,38% |
| Transporte | R\$ 69 | 0,01% | 0,00% |
| Previdência privada | R\$ 91.496 | 8,20% | 0,61% |
| Saúde | R\$ 183.821 | 16,39% | 1,22% |
| Segurança e medicina do trabalho | R\$ 5.674 | 0,51% | 0,04% |
| Educação ou auxílio creche | R\$ 15.854 | 1,41% | 0,11% |
| Cultura | R\$ 754 | 0,07% | 0,01% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | R\$ 12.494 | 1,11% | 0,08% |
| Participação nos lucros ou resultados | R\$ 76.184 | 6,79% | 0,51% |
| Outros | R\$ 156.311 | 13,94% | 1,04% |
| Total | R\$ 831.874 | 74,18% | 5,52% |

1.3 Composição do Corpo Funcional

| | |
|---|--------|
| Nº de empregados no final do exercício | 2.270 |
| Nº de admissões | 156 |
| Nº de demissões | 500 |
| Nº de estagiários no final do exercício | 92 |
| Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício | 181(*) |
| Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício | 2.688 |

Nº de empregados por sexo:

| | |
|-------------|-------|
| - Masculino | 1.872 |
| - Feminino | 398 |

Nº de empregados por faixa etária:

| | |
|----------------------|-------|
| - Menores de 18 anos | — |
| - De 18 a 35 anos | 163 |
| - De 36 a 60 anos | 2.026 |
| - Acima de 60 anos | 81 |

Nº de empregados por nível de escolaridade:

| | |
|--------------------------|-----|
| - Analfabetos | — |
| - Com ensino fundamental | 23 |
| - Com ensino médio | 230 |
| - Com ensino técnico | 658 |
| - Com ensino superior | 755 |
| - Pós-graduados | 604 |

Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:

| | |
|-------------|-----|
| - Masculino | 79% |
| - Feminino | 21% |

1.4 - Contingências e passivos trabalhistas

| | |
|--|-----|
| Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade | 702 |
| Nº de processos trabalhistas julgados procedentes | — |
| Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes | — |

Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça: R\$ 89.284

II - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO

| 2.1 - Relacionamento com a Comunidade | Valor (R\$ mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|---|----------------------|---------------|---------------|
| Totais dos investimentos em: | | | |
| Educação | R\$ 17.888 | 0,61% | 0,12% |
| Cultura | R\$ 1.092 | 0,04% | 0,01% |
| Saúde e infraestrutura | R\$ 395 | 0,01% | 0,00% |
| Esporte e lazer | R\$ 3.323 | 0,11% | 0,02% |
| Alimentação | R\$ 3.117 | 0,11% | 0,02% |
| Geração de trabalho e renda | R\$ 148 | 0,01% | 0,00% |
| Outros | R\$ 4.863 | 0,16% | 0,03% |
| Total dos Investimentos | R\$ 30.826 | 1,04% | 0,20% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | R\$ 1.394.892 | 47,23% | 9,26% |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | R\$ 203.794 | 6,90% | 1,35% |
| Total - Relacionamento com a Comunidade | R\$ 1.629.512 | 55,18% | 10,82% |

2.2 - Interação com os Fornecedores

Crterios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus Fornecedores:

III - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

| | Valor (R\$ mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|---|--------------------|--------------|--------------|
| Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade | 6 | 0,00% | 0,00% |
| Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente | R\$ 59.321 | 0,02% | 0,40% |
| Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados | R\$ 71.327 | 2,42% | 0,47% |
| Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade | R\$ — | 0,00% | 0,00% |
| Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade | R\$ 935 | 0,03% | 0,01% |
| Investimentos e gastos com outros projetos ambientais | R\$ 4.652 | 0,16% | 0,03% |
| Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente | R\$ — | 0,00% | 0,00% |
| Passivos e contingências ambientais | R\$ 80.814 | 2,74% | 0,54% |
| Total da Interação com o meio ambiente | R\$ 217.249 | 7,36% | 1,44% |

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES

| | |
|---|------------|
| Receita Operacional Líquida (ROL) | 15.066.795 |
| Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR) | 2.953.139- |

(*) Refere-se à soma de 21 empregados efetivos e 160 profissionais vinculados ao contrato firmado com o (IBAP).



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | NOTA | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | NOTA | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---|------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| CIRCULANTE | | | | | | CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 4.457.297 | 3.766.459 | 5.141.038 | 4.764.303 | Fornecedores | 17 | 872.553 | 851.363 | 1.133.000 | 1.068.576 |
| Caixa restrito | 6 | 197.628 | 180.551 | 197.628 | 180.551 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 18 | 1.930.496 | 1.427.306 | 2.699.516 | 2.617.176 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 2.629.221 | 6.538.334 | 2.629.221 | 6.538.334 | Imposto de renda e contribuição social | 11 | - | - | 29.675 | - |
| Clientes | 8 | 1.624.735 | 1.304.052 | 2.211.929 | 1.771.246 | Impostos e Contribuições | 12 | 178.512 | 243.642 | 248.605 | 296.767 |
| Remuneração das participações societárias | 10 | 265.785 | 117.409 | 163.929 | 117.409 | Remuneração aos acionistas | 19 | 673.158 | 742.797 | 708.947 | 742.797 |
| Ativo Contratual de Transmissão | 9 | 5.049.428 | 4.145.344 | 5.137.477 | 4.145.344 | Concessões a pagar | 25 | 2.079 | 1.980 | 32.420 | 29.943 |
| Impostos e Contribuições | 12 | 81.675 | - | 88.020 | 5.148 | Provisões para litígios | 26 | - | - | 297.958 | 62.450 |
| Imposto de renda e contribuição social | 11 | 1.272.961 | 566.715 | 1.297.156 | 592.381 | Obrigações com pessoal | 21 | 371.125 | 487.257 | 395.822 | 511.151 |
| Cauções e depósitos vinculados | 26 | - | - | 125.181 | 137.708 | Encargos setoriais | 22 | 95.324 | 117.584 | 173.850 | 186.837 |
| Outros | | 166.384 | 323.144 | 383.651 | 576.979 | Benefício aos empregados | 24 | 1.080 | 36.815 | 1.080 | 36.815 |
| | | 15.745.114 | 16.942.008 | 17.375.230 | 18.829.403 | Obrigações da Lei nº 14.182/2021 | 27 | 598.781 | 405.668 | 598.781 | 405.668 |
| Ativos mantidos para venda | | 530.000 | - | 530.000 | - | Outros | 23 | 49.031 | 25.734 | 309.234 | 324.068 |
| | | | | | | | | 4.772.139 | 4.340.146 | 6.628.888 | 6.282.248 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa restrito | 6 | 1.245.994 | 902.780 | 1.293.807 | 902.780 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 18 | 8.160.955 | 6.557.188 | 14.170.434 | 25.900.525 |
| Clientes | 8 | 205.753 | 238.051 | 205.753 | 238.051 | Impostos de Renda e Contribuição Social | 11 | 3.342.293 | 4.040.376 | 3.812.227 | 4.242.878 |
| Cauções e depósitos vinculados | 26 | 1.228.976 | 1.080.726 | 1.461.847 | 1.131.005 | Impostos e Contribuições | 12 | 127.434 | 144.934 | 157.097 | 202.010 |
| Ativo Contratual de Transmissão | 9 | 19.073.233 | 20.618.273 | 20.035.107 | 20.618.273 | Concessões a pagar | 25 | 37.404 | 37.439 | 345.653 | 327.256 |
| Impostos e Contribuições | 12 | - | - | 12.869 | 12.125 | Provisões para litígios | 26 | 2.672.314 | 2.491.221 | 2.869.748 | 2.706.968 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11 | - | - | 4.531.856 | 2.077.784 | Benefício aos empregados | 24 | 117.406 | 127.291 | 119.841 | 127.291 |
| Outros | | 145.149 | 135.447 | 173.166 | 209.087 | Obrigações da Lei nº 14.182/2021 | 27 | 10.600.735 | 9.966.484 | 10.600.735 | 9.966.484 |
| | | 21.899.105 | 22.975.277 | 27.714.405 | 25.189.105 | Contratos Onerosos | | 48.531 | - | 48.531 | - |
| Investimentos | 13 | 23.750.232 | 5.867.941 | 5.031.317 | 5.076.612 | Encargos setoriais | 22 | 141.503 | 196.963 | 167.252 | 221.777 |
| Imobilizado | 14 | 5.559.155 | 6.533.501 | 23.968.557 | 24.725.671 | Outros | 23 | 361.334 | 387.664 | 764.134 | 885.933 |
| Intangível | 15 | 20.908.340 | 21.220.758 | 23.171.245 | 22.525.941 | | | 25.609.909 | 23.949.560 | 33.055.652 | 44.581.122 |
| | | 72.116.832 | 56.597.477 | 79.885.524 | 77.517.329 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 88.391.946 | 73.539.485 | 97.790.754 | 96.346.732 | Capital social | | 35.344.145 | 15.439.373 | 35.344.145 | 15.439.373 |
| | | | | | | Reservas de capital | | 5.053.045 | 5.053.045 | 5.053.045 | 5.053.045 |
| | | | | | | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 20 | - | 8.400.000 | - | 8.400.000 |
| | | | | | | Reservas de lucros | | 19.778.277 | 18.054.370 | 19.778.277 | 18.054.370 |
| | | | | | | Dividendos adicionais propostos | | - | 299.121 | - | 299.121 |
| | | | | | | Outros resultados abrangentes | | (2.037.555) | (1.996.130) | (2.037.555) | (1.996.130) |
| | | | | | | Ações em tesouraria | | (128.014) | - | (128.014) | - |
| | | | | | | Participação dos acionistas não controladores | | - | - | 96.316 | 233.583 |
| | | | | | | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 58.009.898 | 45.249.779 | 58.106.214 | 45.483.362 |
| | | | | | | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 88.391.946 | 73.539.485 | 97.790.754 | 96.346.732 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

| | NOTA | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Receita Operacional Líquida | 29 | 10.854.135 | 10.270.771 | 15.066.795 | 12.438.188 |
| Custos Operacionais | 30 | (5.494.238) | (5.019.281) | (8.064.290) | (6.521.383) |
| RESULTADO BRUTO | | 5.359.897 | 5.251.490 | 7.002.505 | 5.916.805 |
| Despesas Operacionais | 30 | (1.791.461) | (1.798.127) | (1.859.334) | (1.829.307) |
| Remensuração regulatórias - Contratos de transmissão | | - | 19.874 | - | 19.874 |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 3.568.436 | 3.473.237 | 5.143.171 | 4.107.372 |
| Resultado Financeiro | 31 | (1.003.836) | (989.796) | (3.271.743) | (1.719.913) |
| RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS | | 2.564.600 | 2.483.441 | 1.871.428 | 2.387.459 |
| Resultado das participações societárias | 13 | 2.664.186 | 556.907 | 745.049 | 638.397 |
| Outras receitas e despesas | 30 | 333.453 | (1.338.982) | 336.662 | (1.338.982) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS | | 5.562.239 | 1.701.366 | 2.953.139 | 1.686.874 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 11 | (199.499) | (137.427) | (210.393) | (138.593) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 11 | 692.493 | 94.304 | 3.154.595 | 98.309 |
| | | 492.994 | (43.123) | 2.944.202 | (40.284) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 6.055.233 | 1.658.243 | 5.897.341 | 1.646.590 |
| Parcela atribuída aos controladores | | 6.055.233 | 1.658.243 | 6.055.233 | 1.658.243 |
| Parcela atribuída aos acionistas não controladores | | - | - | (157.892) | (11.653) |
| RESULTADO POR AÇÃO | | 0,047 | 0,025 | 0,046 | 0,024 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Lucro líquido do exercício | 6.055.233 | 1.658.243 | 5.897.341 | 1.646.590 |
| Outros componentes do resultado abrangentes: | | | | |
| Ajuste ganho (perda) atuarial | (16.442) | (2.891) | (16.442) | (2.891) |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial | 5.590 | 983 | 5.590 | 983 |
| Aquisição ações dos minoritários da SPE MESA | (30.573) | - | (30.573) | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 6.013.808 | 1.656.335 | 5.855.916 | 1.644.682 |
| Parcela atribuída aos controladores | 6.013.808 | 1.656.335 | 6.013.808 | 1.633.029 |
| Parcela atribuída aos não controladores | - | - | (157.892) | 11.653 |
| Total do resultado abrangente do exercício | 6.013.808 | 1.656.335 | 5.855.916 | 1.644.682 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Capital Social | | Adiantamento para Futuro | | Reserva de Capital | | Reserva de Lucros | | Dividendos Adicionais | | Lucro Acumulado | | Outros Resultados Abrangentes | | Patrimônio Líquido Controladores | | Patrimônio Líquido Não Controladores | | Patrimônio Líquido Consolidado | |
|--|-------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-----------------|--|-------------------------------|--|----------------------------------|--|--------------------------------------|--|--------------------------------|--|
| | Social | Aumento de Capital | Capital | Lucros | Proposto | Acumulado | Abrangentes | Controladores | Controladores | Consolidado | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2021 | 6.531.154 | - | 5.053.045 | 17.071.392 | 160.458 | - | (1.994.222) | 26.821.827 | 209 | 26.822.036 | | | | | | | | | | |
| Reversão de dividendos (Vide nota 29.2) | - | - | - | 160.458 | (160.458) | - | - | - | - | - | | | | | | | | | | |
| Reserva especial de dividendos não distribuídos (Vide nota 29.2) | - | - | - | 337.277 | - | - | - | 337.277 | - | 337.277 | | | | | | | | | | |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | - | 17.308.219 | - | - | - | - | - | 17.308.219 | - | 17.308.219 | | | | | | | | | | |
| Integralização de capital (Vide nota 29.3) | 8.908.219 | (8.908.219) | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | | | | | |
| Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | (2.891) | (2.891) | - | (2.891) | | | | | | | | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial | - | - | - | - | - | - | 983 | 983 | - | 983 | | | | | | | | | | |
| Ajuste de participação junto à não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | 245.027 | 245.027 | | | | | | | | | | |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | - | 1.658.243 | - | 1.658.243 | (11.653) | 1.646.590 | | | | | | | | | | |
| Constituição de reservas (Vide nota 29.2) | - | - | - | 784.364 | - | (784.364) | - | - | - | - | | | | | | | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios e Juros s/ Capital Próprio | - | - | - | - | - | (393.833) | - | (393.833) | - | (393.833) | | | | | | | | | | |
| Dividendo Adicional Proposto (Vide nota 29.2) | - | - | - | (299.121) | 299.121 | (480.046) | - | (480.046) | - | (480.046) | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2022 | 15.439.373 | 8.400.000 | 5.053.045 | 18.054.370 | 299.121 | (1.996.130) | 45.249.779 | 233.583 | 45.483.362 | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2022 | 15.439.373 | 8.400.000 | 5.053.045 | 18.054.370 | 299.121 | (1.996.130) | 45.249.779 | 233.583 | 45.483.362 | | | | | | | | | | | |
| Integralização de capital | 11.504.772 | - | - | - | - | - | - | 11.504.772 | - | 11.504.772 | | | | | | | | | | |
| Aumento de capital AFAC | 8.400.000 | (8.400.000) | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | | | | | |
| Variações em participações em controladas | - | - | - | - | - | (30.573) | - | (30.573) | - | (30.573) | | | | | | | | | | |
| Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | (16.442) | - | (16.442) | - | (16.442) | | | | | | | | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial | - | - | - | - | - | 5.590 | - | 5.590 | - | 5.590 | | | | | | | | | | |
| Ajuste PL participação - Controladas | - | - | - | - | - | (39.325) | - | (39.325) | - | (39.325) | | | | | | | | | | |
| Lucro Líquido do Período | - | - | - | - | - | 6.055.233 | - | 6.055.233 | (157.892) | 5.897.341 | | | | | | | | | | |
| Constituição de reservas (Vide nota 28.2) | - | - | - | 4.252.407 | - | (4.252.407) | - | - | - | - | | | | | | | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios e Juros s/ Capital Próprio | - | - | - | (2.528.500) | - | (1.763.501) | - | (4.292.001) | - | (4.292.001) | | | | | | | | | | |
| Ações em tesouraria adquiridas | - | - | - | - | - | - | (128.014) | (128.014) | - | (128.014) | | | | | | | | | | |
| Ajuste de participação junto à não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | 20.625 | 20.625 | | | | | | | | | | |
| Dividendos Aprovados | - | - | - | (299.121) | - | - | - | (299.121) | - | (299.121) | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2023 | 35.344.145 | 5.053.045 | 19.778.277 | (2.037.555) | (128.014) | 58.009.898 | 96.316 | 58.106.214 | | | | | | | | | | | | |

As notas explicativas são parte integrante

3.2.2 Empreendimentos de transmissão e geração em regime de SPE

| Investida | Participação (%) | KM (*) | Capacidade de Transformação em operação / reserva (MVA) | Data da Concessão ou Outorga | Prazo da Concessão ou Outorga |
|--|------------------|--------|---|------------------------------|-------------------------------|
| | | | | | |
| Belo Monte Transmissora de Energia | 24,50 | 4.264 | 9.412,80 / 1.568,8 | 16.06.2014 | 30 anos |
| Paranaíba Transmissora de Energia | 24,50 | 953 | - | 02.05.2013 | 30 anos |
| Mata de Santa Genebra Transmissão | 49,90 | 886 | 3.600 / 400 | 14.05.2014 | 30 anos |
| Transenergia Renovável | 49,00 | 708 | 975 / - | 23.04.2009 | 30 anos + 399 dias |
| Goiás Transmissão | 49,00 | 479 | 1.600 / 133,33 | 12.07.2010 | 30 anos |
| Triângulo Mineiro Transmissora | 100,00 | 298 | - | 14.08.2013 | 30 anos |
| MGE Transmissão | 49,00 | 270 | 1.800 / 300 | 12.07.2010 | 30 anos |
| Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia | 90,00 | 163 | 1.080 / 180 | 09.10.2013 | 30 anos |
| Madeira Energia | 99,67 | 95 | 4.130 / 1.570 | 13.06.2008 | 35 anos + 1.587 dias |
| Lago Azul Transmissão | 49,90 | 69 | - | 14.05.2014 | 30 anos |
| Brasil Ventos Energia - Fortim | 100,00 | 68 | 140 / - | 26.07.2012 | 35 anos |
| Serra do Facão Energia | 43,03 | 66 | 237 / 118,5 | 07.11.2001 | 35 anos |
| Retiro Baixo Energética | 100,00 | 45 | 100 / - | 15.08.2006 | 35 anos |
| Empresa de Energia São Manoel | 33,33 | 40 | 780 / 390 | 10.04.2014 | 35 anos |
| Enerpeixe | 40,00 | 20 | 525 / 175 | 07.11.2001 | 35 anos |
| Teles Pires Participações | 24,50 | 19 | 2.025 / - | 07.06.2011 | 35 anos + 235 dias |
| Chapecoense Geração | 40,00 | 6 | - | 07.11.2001 | 35 anos |
| Consórcio UHE Baguari | 100,00 | 2 | - | 15.08.2006 | 35 anos + 1.678 dias |
| Transenergia São Paulo ¹ | 49,00 | 0 | 1.200 / 133,34 | 19.11.2009 | 30 anos |
| Caldas Novas Transmissão ¹ | 49,90 | 0 | 150 / - | 16.06.2011 | 30 anos |
| Nova Era Janapu | 100,00 | 303 | - | 29.09.2023 | 30 anos |

(*) Não examinado pelos auditores independentes;

¹ As SPEs Transenergia São Paulo S.A., e Caldas Novas Transmissão S.A. são subestações, portanto não possuem linha de transmissão associadas.

4. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®" (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Empresa, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

4.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional de Furnas. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

| Normas revisadas | Alteração | Aplicável a partir |
|--|--|--------------------|
| IAS 8/CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e Retificação de erro | As emendas introduziram a definição de estimativas contábeis e incluíram outras alterações para a auxiliar as Companhias a distinguirem as mudanças nas estimativas contábeis de mudanças nas políticas contábeis. | 01/01/2023 |
| IAS 1/CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Financeiras | As emendas introduziram a substituição de divulgação das "políticas contábeis significativas" pela divulgação de "políticas contábeis materiais" e a orientação para auxiliar as entidades para aplicação da definição de "material" ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis materiais. | 01/01/2023 |
| IAS 12/CPC 32 | As emendas introduziram o requerimento de reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento | 01/01/2023 |

4.4.2 Adoção de novas normas e interpretações não vigentes

A Empresa não espera impactos materiais nas suas demonstrações contábeis quanto às aplicações das alterações normativas emitidas abaixo, as quais tem sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2024:

| Normas revisadas | Alteração | Aplicável a partir |
|--|--|--------------------|
| IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Financeiras | As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação por pelo menos por doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por convênios cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais. | 01/01/2024 |
| IFRS 16 / CPC 6 (R2) Arrendamentos | As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. | 01/01/2024 |
| IAS 7 / CPC 3 Demonstração dos Fluxos de Caixa | Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia. | 01/01/2024 |

A empresa não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

4.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento, inicialmente, pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP). Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente considerados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Empresa e é interrompido a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Empresa.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Empresa são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Empresa tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

| Controladas | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--|------------|----------|------------|----------|
| | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Madeira Energia S.A. (MESA) (a) | 99,73% | - | 72,36% | - |
| Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) | - | 99,73% | - | 72,36% |
| Brasil Ventos Energia S.A. | 100,00% | - | 100,00% | - |
| Complexo Eólico FORTIM | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I | - | 98,00% | - | 98,00% |
| Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. | - | 90,00% | - | 90,00% |
| Complexo Eólico Famosa I | - | 49,00% | - | 49,00% |
| Complexo Eólico Baleia | - | 49,00% | - | 49,00% |
| Baguari Energia S.A. (b) | 100,00% | - | - | - |
| Retiro Baixo Energética S.A. (b) | 100,00% | - | - | - |
| Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (b) | 100,00% | - | - | - |
| Vale do São Francisco Transmissora de Energia S.A. (b) | 90,00% | - | - | - |

Coligadas

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|---|------------|----------|------------|----------|
| | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Serra do Facão Energia S.A. | 54,01% | - | 54,01% | - |
| Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. | 49,90% | - | 49,90% | - |
| Lago Azul Transmissão S.A. | 49,90% | - | 49,90% | - |
| Tijoa Participações e Investimentos S.A. | 49,90% | - | 49,90% | - |
| Caldas Novas Transmissão S.A. | 49,90% | - | 49,90% | - |
| Triângulo Mineiro Transmissora S.A. | - | - | 49,00% | - |
| Goiás Transmissão S.A. | 49,00% | - | 49,00% | - |
| Retiro Baixo Energética S.A. | - | - | 49,00% | - |
| MGE Transmissão S.A. | 49,00% | - | 49,00% | - |
| Transenergia Renovável S.A. | 49,00% | - | 49,00% | - |
| Transenergia São Paulo S.A. | 49,00% | - | 49,00% | - |
| Chapecoense Geração S.A. | 40,00% | - | 40,00% | - |
| Enerpeixe S.A. | 40,00% | - | 40,00% | - |
| Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. | - | - | 39,00% | - |
| Empresa de Energia São Manoel S.A. | 33,33% | - | 33,33% | - |
| Baguari Energia S.A. | - | - | 30,61% | - |
| Paranaíba Transmissora de Energia S.A. | 24,50% | - | 24,50% | - |
| Controladas em conjunto | | | | |
| Belo Monte Transmissora S.A. | 24,50% | - | 24,50% | - |
| Interligação Elétrica do Madeira S.A. | 24,50% | - | 24,50% | - |
| Teles Pires Participações S.A. | 24,72% | - | 24,72% | - |

(a) Em novembro de 2023, com o objetivo de reestruturar a dívida da SAESA, Furnas fez aporte de capital. Como o aporte não foi acompanhado pelos acionistas minoritários, Furnas passou a deter 99,73% na controlada MESA (vide nota explicativa 13.3); e (b) Furnas realizou no último trimestre de 2023 aquisições de ações na Baguari Energia, Retiro Baixo, Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu. Com essas aquisições, Furnas passou a deter os controles nessas SPEs (vide nota explicativa 13.2).

4.6 Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 117/22. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração de Furnas deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Empresa, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Empresa pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos a estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração de Furnas e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

| Nº | Notas | Estimativas e julgamentos significativos | | | |
|---------|--|--|------------|-------------|------------|
| | | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| 8 | Clientes | Avaliação de perda esperada de créditos | | | |
| 9 | Ativo contratual de transmissão | Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de as obrigações de performance e previsão dos fluxos caixa | | | |
| 12 | Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo | Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros | | | |
| 13.3 | Combinação de negócios | Avaliação de controle e valor justo de ativos em combinação de negócios | | | |
| 13.2/16 | Perdas em investimentos e Valor recuperável dos ativos a longo prazo | Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Empresa | | | |
| 24 | Benefício aos empregados | Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego | | | |
| 26 | Provisões para litígios e passivos contingentes | Estimativas de perdas sobre processos judiciais | | | |

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

6.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimentos originais de até 90 dias, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos atuais dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

| Títulos | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Circulante | | | | |
| Caixa e Bancos | 10.833 | 16.383 | 42.746 | 19.429 |
| Aplicações Financeiras (a) | 4.446.464 | 3.750.076 | 5.098.292 | 4.744.874 |
| | 4.457.297 | 3.766.459 | 5.141.038 | 4.764.303 |

(a) As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Prática Contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras quando possuem vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa.

6.2 Caixa restrito

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Circulante | | | | |
| Convênio Itaipu (a) | 197.628 | 180.551 | 197.628 | 180.551 |
| Outros | - | - | - | - |
| | 197.628 | 180.551 | 197.628 | 180.551 |
| Não circulante | | | | |
| Seguro garantia | - | 5.555 | - | 5.555 |
| Fundo de energia do Sudeste e Centro-Oeste (b) | 1.245.994 | 897.225 | 1.245.994 | 897.225 |
| Outros | - | - | 47.813 | - |
| | 1.245.994 | 902.780 | 1.293.807 | 902.780 |
| | 1.443.622 | 1.083.331 | 1.491.435 | 1.083.331 |

(a) Convênio Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objetivo é a cooperação para desenvolvimento conjunto do projeto denominado "Revitalização do Sistema HVDC de Furnas Associado à UHE Itaipu" que consiste na modernização de equipamentos na estação conversora em Foz do Iguaçu. A modernização do sistema de transmissão associado à UHE Itaipu, se encontra no Plano Decenal de Expansão de energia - PDE 2030, aprovado pela Portaria Normativa MME nº 2, de 25 de fevereiro de 2021.

(b) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste - FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferrovia, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Prática Contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Empresa possa movimentá-los livremente.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Empresa aplica seus recursos, se dá como se segue:

| Títulos | CONTROLADORA/CONSOLIDADO | |
|--|--------------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Circulante | | |
| Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFT) | 1.284.967 | 4.055.981 |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) | 34.845 | 69.791 |
| Operações compromissadas | 1.274.423 | 2.343.208 |
| Título em moeda estrangeira | - | - |
| Nota do Tesouro Nacional - série F | - | 24.056 |
| Nota do Tesouro Nacional - série P | 40 | 38 |
| Total | 2.629.221 | 6.538.334 |

A redução do saldo classificado na rubrica de títulos e valores mobiliários reflete a ocorrência de pagamentos efetuados no exercício de 2023. Os principais desembolsos foram (i) amortização das dívidas, (ii) aumento de participação em investidas e (iii) amortização das obrigações da Lei 14.182/21.

Prática Contábil

A rubrica de títulos e valores mobiliários é constituída pelas aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6. A Companhia historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo receb



Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

CONSOLIDADO

| | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | A vencer | Vencidos até 90 dias | Vencidos + de 90 dias | Créditos Renegociados | Total | Total |
| Circulante | | | | | | |
| Suprimento/Fornecimento de Energia | 1.098.463 | 15.399 | 17.874 | - | 1.131.736 | 894.732 |
| Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE | 34.845 | 120.045 | 1.125 | - | 156.015 | 160.202 |
| Uso da Rede Elétrica (a) | 741.399 | 49.165 | 44.579 | - | 835.143 | 588.293 |
| Consumidores industriais | 92.305 | 92 | 100 | - | 92.497 | 110.936 |
| Créditos renegociados | - | - | - | 56.792 | 59.792 | 51.894 |
| (-) PECLD | (2.398) | (722) | (49.021) | (11.113) | (63.254) | (34.811) |
| | 1.964.614 | 183.979 | 14.657 | 48.679 | 2.211.929 | 1.771.246 |
| Não Circulante | | | | | | |
| Parcelamento | - | - | - | 748.144 | 748.144 | 780.442 |
| Comercialização de energia | - | - | 280.138 | - | 280.138 | 280.138 |
| Suprimento de energia | - | - | 9.548 | - | 9.548 | 9.548 |
| Uso da rede elétrica | - | - | 4.348 | - | 4.348 | 4.348 |
| (-) PECLD | - | - | (294.034) | (542.391) | (836.425) | (836.425) |
| | - | - | - | 205.753 | 205.753 | 238.051 |
| Total Clientes | 1.964.614 | 183.979 | 14.657 | 254.432 | 2.417.682 | 2.009.297 |

(a) Em 2023, o contas a receber de uso da rede foi impactado pelo aumento da receita de transmissão que são compostas pela ReH nº 3.067 ANEEL de 12/07/2022 e pela ReH ANEEL nº 3.216 de 04/07/2023.

8.1 Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

8.2 Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

8.3 Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

8.4 Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

| | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | |
|--------------------------------------|----------------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Saldo inicial | (871.236) | (815.820) |
| (-) Constituição | (29.153) | (69.737) |
| (+) Reversão | 710 | 14.321 |
| Saldo final em 31 de dezembro | (899.679) | (871.236) |

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui o montante de R\$899.679 (R\$871.236 em 31 de dezembro de 2022) provisionado, dos quais R\$ 542.391 (R\$ 442.391 em 31 de dezembro de 2022) se referem à Companhia Energética de Goiás (CELG D), atualmente Enel Distribuição Goiás.

8.5 Créditos Renegociados

Os créditos renegociados são decorrentes de créditos de energia financiados, os quais foram renegociados e parcelados, com os seguintes intervenientes:

| | 31/12/2022 | | Provisão de Juros | | Recebimentos | | Variações Monetárias | | Transferências de LP para CP | | Provisionado para perda | | 31/12/2023 | |
|-----------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|--------------|------------------|----------------------|----------|------------------------------|----------|-------------------------|----------------|------------|----------|
| | Circulante | | | | | | | | | | | | | |
| CEA | 11.113 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (11.113) | - | - | - |
| Eletronuclear (1) | 40.781 | 21.617 | (62.005) | 15.039 | 33.247 | - | 48.679 | - | - | - | - | 48.679 | - | - |
| | 51.894 | 21.617 | (62.005) | 15.039 | 33.247 | - | 48.679 | - | - | - | (11.113) | 48.679 | - | - |
| Não circulante | | | | | | | | | | | | | | |
| Celg D | 542.391 | - | - | - | - | - | (542.391) | - | - | - | - | - | - | - |
| Eletronuclear (1) | 238.051 | - | - | 949 | (33.247) | - | 205.753 | - | - | - | - | 205.753 | - | - |
| | 780.442 | - | - | 949 | (33.247) | - | (542.391) | - | - | - | - | 205.753 | - | - |
| Total | 832.336 | 21.617 | (62.005) | 15.988 | - | (553.504) | 254.432 | - | - | - | - | 254.432 | - | - |

(1) Refere a confissão de dívidas entre a Eletronuclear e Furnas. O contrato possui o prazo de 10 anos e reajuste mensal do saldo devedor com base na variação do IPCA.

Prática Contábil

As contas a receber de clientes são contabilizadas inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Estimativas e julgamentos críticos

A Empresa mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes adotando a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Empresa e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, Furnas, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual do cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico do cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

9. ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Empresa registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 24.364.652 | 24.494.418 | | |
| Incorporação TGO | 134.600 | - | - | - |
| Receita de Construção (a) | 480.112 | 480.112 | 480.112 | 480.112 |
| Receita Financeira (a) | 3.236.626 | 3.252.503 | 3.236.626 | 3.252.503 |
| Amortização | (3.472.247) | (3.483.290) | (3.472.247) | (3.483.290) |
| Remensuração Regulatória | 19.874 | 19.874 | 19.874 | 19.874 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 24.763.617 | 24.763.617 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 24.763.617 | 24.763.617 | | |
| Aquisição de controle de investida | - | 1.049.023 | - | 1.049.023 |
| Receita de Construção (a) | 1.249.585 | 1.249.585 | 1.249.585 | 1.249.585 |
| Receita Financeira (a) | 2.931.600 | 2.931.600 | 2.931.600 | 2.931.600 |
| Amortização | (4.822.141) | (4.822.141) | (4.822.141) | (4.822.141) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 24.122.661 | 25.172.584 | 24.122.661 | 25.172.584 |

(a) A receita de construção e a receita financeira foram impactadas pelo reajuste anual da receita de transmissão e variação dos indexadores financeiros.

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Circulante | 5.049.428 | 4.145.344 | 5.137.477 | 4.145.344 |
| Não Circulante | 19.073.233 | 20.618.273 | 20.035.107 | 20.618.273 |
| Total Ativo Contratual | 24.122.661 | 24.763.617 | 25.172.584 | 24.763.617 |

A Empresa utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital (WACC - *Weighted Average Cost of Capital*) da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Empresa compara o saldo do ativo de cada contrato com fluxo previstos de Receita Anual Permitida (RAPs) futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita Financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,08% ao ano, para os contratos renovados, e 7,51% para os licitados.

ANEEL prorrogou para julho de 2024 a homologação da RAP integral, resultante da RTP, dos contratos de concessão nº 057/2001, 058/2001, 061/2001 e 062/2001.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 16.162.557 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE - Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Em abril de 2023, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 085/2023, que trata das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE na Nota Técnica nº 085/2022-SGT/ANEEL, de junho de 2022, que revisou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE.

A emissão da Nota Técnica 085/2023 não configura decisão da ANEEL, não produzindo, portanto, efeitos práticos, pois depende de adequada instrução processual para que o mérito, que envolve escolhas de alternativas de cálculos, seja analisado pela diretoria colegiada da Agência. A empresa continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Prática Contábil

Os ativos de transmissão da Empresa são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Empresa identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la - O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica, a Empresa é remunerada pela Receita Anual Permitida - RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Empresa, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção - O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Empresa reconhece, na rubrica de ativo contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL (RTP), que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Empresa remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias - Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Empresa cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Empresa reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção - O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

Estimativas e julgamentos críticos

As margens de lucratividade, que formam as receitas de construção e de O&M, são constituídas pelo custo médio ponderado de capital - WACC da Companhia, pelos riscos de atrasos nas obras, pelas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração.

A Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros para essas atividades, segregava a RAP estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de construção e (ii) a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção - O&M.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

10. REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Empresa.

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Circulante | | | | |
| Controladas em conjunto | | | | |
| Inteligência Elétrica do Madeira (IE Madeira) | 21.359 | 25.058 | 21.359 | 25.058 |
| Belo Monte Transmissora | 24.193 | 20.949 | 24.193 | 20.949 |
| Coligadas | | | | |
| Mata de Santa Genebra | 13.782 | 13.280 | 13.782 | 13.280 |
| Goias Transmissão | 43.654 | 19.783 | 43.654 | 19.783 |
| Tijoca Participações | 3.992 | - | 3.992 | - |
| MGE Transmissão | 14.752 | 9.631 | 14.752 | 9.631 |
| Retiro Baixo | 7.854 | 5.761 | 7.854 | 5.761 |
| Baguari Energia | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Paranaíba | 8.384 | 9.668 | 8.384 | 9.668 |
| Transenergia Renovável | 11.005 | 2.787 | 11.005 | 2.787 |
| Transenergia São Paulo | 19.813 | 8.275 | 19.813 | 8.275 |
| Triângulo Mineiro Transmissora | 94.000 | - | 94.000 | - |
| Caldas Novas Transmissão | 439 | 1.317 | 439 | 1.317 |
| Lago Azul Transmissão | 986 | 898 | 986 | 898 |
| Enerpeixe | 1.570 | - | 1.570 | - |
| Total | 265.785 | 117.409 | 163.929 | 117.409 |
| Prática Contábil | | | | |

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Empresa no capital social de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vide nota 13, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e JCP aos seus acionistas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Ativo Circulante | | | | |
| Imposto de Renda Corrente | 1.091.068 | 524.825 | 1.116.163 | 548.219 |
| Contribuição Social Corrente | 406.186 | 196.451 | 406.186 | 198.723 |
| | 1.498.154 | 721.276 | 1.522.349 | 746.942 |
| Passivo Circulante | | | | |
| Imposto de Renda Corrente | (165.386) | (111.242) | (165.386) | (111.242) |
| Contribuição Social Corrente | (59.807) | (43.319) | (59.807) | (43.319) |
| | (225.193) | (154.561) | (225.193) | (154.561) |
| Ativo Circulante líquido | 1.272.961 | 566.715 | 1.297.156 | 592.381 |
| 11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | |
| | | | | |
| Ativo não Circulante | | | | |
| IRPJ e CSLL Diferidos | - | - | 4.531.856 | 2.077.784 |
| Passivo não Circulante | | | | |
| IRPJ e CSLL Diferidos | (3.342.293) | (4.040.376) | (3.812.227) | (4.242.878) |
| | (3.342.293) | (4.040.376) | (3.812.227) | (4.242.878) |

11.2.1 Composição imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Impostos diferidos por empresa | | | | | |
|--|--------------------------------|---------|---------------------------------|-----------|------------|---------------------------------|
| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | | 31/12/2022 | |
| | Ativo | Passivo | Efeitos Líquido ativo (passivo) | Ativo | Passivo | Efeitos Líquido ativo (passivo) |
| Ativo Fical Diferido Não Circulante | | | | | | |
| SAESA | 4.531.856 | - | 4.531.856 | 2.078.629 | (845) | 2.077.784 |
| Passivo Fiscal Diferido Não Circulante | | | | | | |
| MESA | | | | | | |

13.4 Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Empresa:

| Participações societárias e outros investimentos | CONTROLADORA | | | | | | | |
|---|---------------------|-----------------------------|-----------------|--|---------------------------|------------------------|-------------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2022 | Aumento/ Redução de capital | Adição/ Baixa | Dividendos e Juros sobre capital próprio | Participações societárias | Reversão de impairment | Mais/ menos valia | Saldo em 31/12/2023 |
| Brasil Ventos | 187.611 | - | - | - | 77.885 | - | - | 265.496 |
| Belo Monte Transmissora | 1.002.903 | - | - | (31.544) | 104.411 | - | - | 1.075.770 |
| Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) | 867.833 | - | - | (33.922) | 100.907 | 46.096 | - | 980.914 |
| Teles Pires Participações | 157.682 | 26.452 | - | - | (24.871) | 142.632 | - | 301.895 |
| Mata de Santa Genebra | 548.104 | - | - | (13.782) | 58.030 | 141.393 | - | 733.745 |
| Chapecoense | 253.633 | - | - | (221.467) | 183.212 | - | - | 215.378 |
| Empresa de Energia São Manoel | 588.913 | - | - | - | (9.405) | - | - | 579.508 |
| Enerpeixe | 261.789 | - | - | (1.848) | 3.695 | - | - | 263.636 |
| Madeira Energia S.A. (MESA) | 604.377 | 13.594.503 | - | - | 1.807.295 | - | (16.010) | 15.990.165 |
| Paranaíba | 222.169 | - | - | (8.360) | 35.201 | - | - | 249.010 |
| Triângulo Mineiro Transmissora S.A. | 199.746 | 364.486 | - | (98.410) | 22.153 | - | 669 | 488.644 |
| Goiás Transmissão | 206.773 | - | (12.937) | (29.751) | 27.490 | - | - | 191.575 |
| Retiro Baixo Energética S.A. | 155.470 | 176.448 | - | (7.854) | 17.473 | - | 89.915 | 431.452 |
| MGE Transmissão | 196.954 | - | (8.402) | (13.941) | 29.104 | - | - | 203.715 |
| Transenergia Renovável | 96.112 | - | (6.634) | (13.117) | 25.202 | - | - | 101.563 |
| Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. | 89.860 | 346.235 | - | (3.120) | 17.205 | - | 55.817 | 505.997 |
| Baguari Energia S.A. | 71.987 | 626.186 | - | (5.109) | 21.662 | - | 323.153 | 1.037.879 |
| Transenergia São Paulo | 45.604 | - | (270) | (13.987) | 7.113 | - | - | 38.460 |
| Caldas Novas Transmissão | 25.654 | - | - | 130 | 7.054 | - | - | 32.838 |
| Lago Azul Transmissão | 22.044 | - | (11.082) | (188) | (2.448) | 16.652 | - | 24.978 |
| Tijoa Participações e Investimentos | 28.527 | - | - | (41.813) | 43.189 | - | - | 29.903 |
| Serra do Facão | 17.003 | - | - | (129.632) | 112.629 | - | - | - |
| Subtotal | 5.850.748 | 15.134.310 | (39.325) | (667.715) | 2.664.186 | 346.773 | 453.544 | 23.742.521 |
| Investimentos pelo Custo de aquisição | 17.193 | (9.482) | - | - | - | - | - | 7.711 |
| Total | 5.867.941 | 15.124.828 | (39.325) | (667.715) | 2.664.186 | 346.773 | 453.544 | 23.750.232 |

| Participações societárias e outros investimentos | CONTROLADORA | | | | | | | | |
|--|---------------------|----------------------|-----------------------------|---------------------------------|--|---------------------------|--------------------------------|-----------------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2021 | Incorporação TGO (b) | Aumento/ Redução de Capital | Ajuste de Exercícios Anteriores | Dividendos e Juros sobre capital próprio | Participações societárias | Reversão/(Provisão) para Perda | Mais/ menos valia (c) | Saldo em 31/12/2022 |
| Brasil Ventos | 267.164 | - | - | - | - | (79.553) | - | - | 187.611 |
| Transenergia Goiás | 146.919 | (157.697) | - | - | - | 10.778 | - | - | - |
| Belo Monte Transmissora | 947.456 | - | - | - | (33.199) | 88.646 | - | - | 1.002.903 |
| Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) | 704.990 | - | - | - | (61.799) | 115.532 | 109.110 | - | 867.833 |
| Teles Pires Participações | 394.986 | - | 23.168 | - | - | (26.233) | (234.239) | - | 157.682 |
| Mata de Santa Genebra | 634.284 | - | - | - | (74.570) | 55.915 | (67.525) | - | 548.104 |
| Chapecoense | 454.259 | - | - | - | (369.709) | 169.083 | - | - | 253.633 |
| Empresa de Energia São Manoel | 428.168 | - | - | - | - | (16.771) | 177.516 | - | 588.913 |
| Enerpeixe | 266.309 | - | - | - | - | (4.520) | - | - | 261.789 |
| Madeira Energia S.A. (MESA) (a) | - | - | 668.125 | - | - | (21.758) | - | (41.990) | 604.377 |
| Paranaíba | 188.675 | - | - | - | (10.433) | 43.927 | - | - | 222.169 |
| Triângulo Mineiro Transmissora | 182.828 | - | - | - | (5.145) | 22.063 | - | - | 199.746 |
| Goiás Transmissora | 177.274 | - | - | - | (9.188) | 38.687 | - | - | 206.773 |
| Retiro Baixo | 168.726 | - | - | - | (37.513) | 24.257 | - | - | 155.470 |
| MGE Transmissão | 168.273 | - | - | - | (8.934) | 37.615 | - | - | 196.954 |
| Transenergia Renovável | 97.461 | - | - | - | (13.514) | 12.165 | - | - | 96.112 |
| Vale do São Bartolomeu | 79.406 | - | - | - | (6.240) | 16.694 | - | - | 89.860 |
| Baguari Energia | 67.797 | - | - | - | (6.512) | 10.702 | - | - | 71.987 |
| Transenergia São Paulo | 42.462 | - | - | - | (8.720) | 11.862 | - | - | 45.604 |
| Caldas Novas Transmissão | 30.481 | - | - | - | (309) | (4.518) | - | - | 25.654 |
| Lago Azul Transmissão | 29.068 | - | - | - | (898) | 3.506 | (9.632) | - | 22.044 |
| Tijoa Participações e Investimentos | 24.077 | - | - | - | (35.274) | 39.724 | - | - | 28.527 |
| Serra do Facão | 7.899 | - | - | - | - | 9.104 | - | - | 17.003 |
| Centro de Soluções Estratégicas | 201 | - | (189) | - | (12) | - | - | - | - |
| Subtotal | 5.509.163 | (157.697) | 691.104 | - | (681.969) | 556.907 | (24.770) | (41.990) | 5.850.748 |
| Investimentos pelo Custo de aquisição | 17.712 | - | (519) | - | - | - | - | - | 17.193 |
| Total | 5.526.875 | (157.697) | 690.585 | - | (681.969) | 556.907 | (24.770) | (41.990) | 5.867.941 |

(a) O saldo final do investimento em MESA está refletindo a participação de Furnas no patrimônio líquido ajustado da investida, no montante de R\$ 893.217;

(b) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022; e

(c) Refere-se ao valor excedente do passivo registrados na contabilidade da MESA, no processo de combinação de negócios, na proporção atual da participação de Furnas, referente a remensuração das provisões para litígio, com base no histórico de decisões desfavoráveis em causas que se considerava como de risco de perda possível.

A variação ocorrida no resultado das participações societária na controladora, sendo R\$ 2.664.186 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 556.907 em 31 de dezembro de 2022), deve-se principalmente aos efeitos do reconhecimento adicional de R\$ 2.454.136 de créditos diferido na MESA, o que impactou o resultado de equivalência patrimonial em R\$ 1.807.295 em 31 de dezembro de 2023 (-R\$ 21.758 em 31 de dezembro de 2022). Maiores informações, vide notas 11.2 e 13.1.

| Participações societárias e outros investimentos | CONSOLIDADO | | | | | | | | | |
|---|---------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------|--|---------------------------|------------------------|-----------------|---------------------|--|
| | Saldo em 31/12/2022 | Capitalização de AFAC | Aumento/ Redução de Capital | Adição/ Baixa | Dividendos e Juros sobre capital próprio | Participações societárias | Reversão de impairment | Eliminação | Saldo em 31/12/2023 | |
| Belo Monte Transmissora | 1.002.903 | - | - | - | (31.544) | 104.411 | - | - | 1.075.770 | |
| Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) | 867.833 | - | - | - | (33.922) | 100.907 | 46.096 | - | 980.914 | |
| Teles Pires Participações | 157.682 | - | 26.452 | - | - | (24.871) | 142.632 | - | 301.895 | |
| Mata de Santa Genebra | 548.104 | - | - | - | (13.782) | 58.030 | 141.393 | - | 733.745 | |
| Chapecoense | 253.633 | - | - | - | (221.467) | 183.212 | - | - | 215.378 | |
| Empresa de Energia São Manoel | 588.913 | - | - | - | - | (9.405) | - | - | 579.508 | |
| Enerpeixe | 261.789 | - | - | - | (1.848) | 3.695 | - | - | 263.636 | |
| Paranaíba | 222.169 | - | - | - | (8.360) | 35.201 | - | - | 249.010 | |
| Triângulo Mineiro Transmissora | 199.746 | - | (217.489) | - | (4.410) | 22.153 | - | - | - | |
| Goiás Transmissão | 206.773 | - | - | (12.937) | (29.751) | 27.490 | - | - | 191.575 | |
| Retiro Baixo Energética S.A. | 155.470 | - | (168.566) | - | - | 13.096 | - | - | - | |
| MGE Transmissão | 196.954 | - | - | (8.402) | (13.941) | 29.104 | - | - | 203.715 | |
| Transenergia Renovável | 96.112 | - | - | (6.634) | (13.117) | 25.202 | - | - | 101.563 | |
| Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. | 89.860 | - | (103.945) | - | (3.120) | 17.205 | - | - | - | |
| Baguari Energia | 71.987 | - | (59.451) | - | (5.109) | (7.427) | - | - | - | |
| Transenergia São Paulo | 45.604 | - | - | (270) | (13.987) | 7.113 | - | - | 38.460 | |
| Caldas Novas Transmissão | 25.654 | - | - | - | 130 | 7.054 | - | - | 32.838 | |
| Lago Azul Transmissão | 22.044 | - | - | (11.082) | (188) | (2.448) | 16.652 | - | 24.978 | |
| Tijoa Participações e Investimentos | 28.527 | - | - | - | (41.813) | 43.189 | - | - | 29.903 | |
| Serra do Facão | 17.003 | - | - | - | (129.632) | 112.629 | - | - | - | |
| Demais investidas | 659 | 550 | - | - | - | (491) | - | - | 718 | |
| Subtotal | 5.059.419 | 550 | (522.999) | (39.325) | (565.861) | 745.049 | 346.773 | (24.770) | 5.023.606 | |
| Investimentos pelo custo de aquisição | 17.193 | - | (9.482) | - | - | - | - | - | 7.711 | |
| Total | 5.076.612 | 550 | (532.481) | (39.325) | (565.861) | 745.049 | 346.773 | (24.770) | 5.031.317 | |

| Participações societárias e outros investimentos | CONSOLIDADO | | | | | | | |
|--|---------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------------------------|--|---------------------------|--------------------------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2021 | Capitalização de AFAC | Aumento/ Redução de Capital | Ajuste de exercícios anteriores | Dividendos e Juros sobre capital próprio | Participações societárias | Provisão para Perda de Capital | Saldo em 31/12/2022 |
| Belo Monte Transmissora | 947.456 | - | - | - | (33.199) | 88.646 | - | 1.002.903 |
| Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) | 704.990 | - | - | - | (61.799) | 115.532 | 109.110 | 867.833 |
| Teles Pires Participações | 394.986 | - | 23.168 | - | - | (26.233) | (234.239) | 157.682 |
| Mata de Santa Genebra | 634.284 | - | - | - | (74.570) | 55.915 | (67.525) | 548.104 |
| Chapecoense | 454.259 | - | - | - | (369.709) | 169.083 | - | 253.633 |
| Empresa de Energia São Manoel | 428.168 | - | - | - | - | (16.771) | 177.516 | 588.913 |
| Enerpeixe | 266.309 | - | - | - | - | (4.520) | - | 261.789 |
| Paranaíba | 188.675 | - | - | - | (10.433) | 43.927 | - | 222.169 |
| Triângulo Mineiro Transmissora | 182.828 | - | - | - | (5.145) | 22.063 | - | 199.746 |
| Goiás Transmissão | 177.274 | - | - | - | (9.188) | 38.687 | - | 206.773 |
| Retiro Baixo | 168.726 | - | - | - | (37.513) | 24.257 | - | 155.470 |
| MGE Transmissão | 168.273 | - | - | - | (8.934) | 37.615 | - | 196.954 |
| Transenergia Renovável | 97.461 | - | - | - | (13.514) | 12.165 | - | 96.112 |
| Vale do São Bartolomeu | 79.406 | - | - | - | (6.240) | 16.694 | - | 89.860 |
| Baguari Energia | 67.797 | - | - | - | (6.512) | 10.702 | - | 71.987 |
| Transenergia São Paulo | 42.462 | - | - | - | (8.720) | 11.862 | - | 45.604 |
| Caldas Novas Transmissão | 30.481 | - | - | - | (309) | (4.518) | - | 25.654 |
| Lago Azul Transmissão | 29.068 | - | - | - | (898) | 3.506 | (9.632) | 22.044 |
| Tijoa Participações e Investimentos | 24.077 | - | - | - | (35.274) | 39.724 | - | 28.527 |
| Serra do Facão | 7.899 | - | - | - | - | 9.104 | - | 17.003 |
| Centro de Soluções Estratégicas | 201 | - | (189) | - | - | (12) | - | - |
| Demais investidas | 9.014 | 688 | - | - | - | (9.043) | - | 659 |
| Subtotal | 5.104.094 | 688 | 22.979 | - | (681.969) | 638.397 | (24.770) | 5.059.419 |
| Investimentos pelo custo de aquisição | 17.193 | - | (519) | - | - | - | - | 17.193 |
| Total | 5.121.806 | 688 | 22.460 | - | (681.969) | 638.397 | (24.770) | 5.076.612 |

13.5 Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

| | 31/12/2023 | | | | | | | | | |
|---|----------------------------|------------------|----------------------|---------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------|
| | Percentual de participação | Ativo Circulante | Ativo Não Circulante | Total do Ativo Circulante | Passivo Circulante | Passivo Não Circulante | Patrimônio Líquido | Total do Passivo | Receita Operacional Líquida | Lucro/(Prejuízo) Líquido |
| Controladas em conjunto | | | | | | | | | | |
| Belo Monte Transmissora | 24,50% | 1.231.090 | 7.944.087 | 9.175.177 | 613.330 | 4.170.939 | 4.390.908 | 9.175.177 | 1.039.054 | 415.782 |
| Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) | 24,50% | 1.022.813 | 6.293.140 | 7.315.953 | 578.744 | 2.733.476 | 4.003.733 | 7.315.953 | 712.294 | 411.868 |
| Teles Pires Participações | 24,72% | 226.837 | 4.444.365 | 4.671.202 | 388.815 | 2.676.602 | 1.605.785 | 4.873.974 | 885.487 | (103.656) |
| Coligadas | | | | | | | | | | |
| Chapecoense | 40,00% | 410.737 | 2.573.564 | 2.984.301 | 607.435 | 1.838.423 | 538.443 | 2.984.301 | 1.274.912 | 487.050 |
| Empresa de Energia São Manoel | 33,33% | 320.697 | 3.419.572 | 3.740.269 | 151.647 | 1.850.081 | 1.738.541 | 3.740.269 | 446.946 | (28.801) |
| Enerpeixe | 40,00% | 96.748 | 1.619.889 | 1.716.637 | 89.255 | 968.293 | 659.089 | 1.716.637 | 239.162 | 9.216 |
| Mata de Santa Genebra | 49,90% | 689.261 | 3.078.913 | 3.768.174 | 115.975 | 2.181.769 | 1.470.430 | 3.768.174 | 393.463 | 116.292 |
| Paranaíba | 24,50% | 255.100 | 1.694.947 | 1.950.047 | 142.254 | 791.422 | 1.016.371 | 1.950.047 | 206.413 | 143.679 |
| Controladas em conjunto | | | | | | | | | | |
| Belo Monte Transmissora | 24,50% | 1.136.500 | 7.683.948 | 8.820.448 | 586.441 | 4.140.521 | 4.093.486 | 8.820.448 | 954.985 | 360.022 |
| Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) | 24,50% | 931.271 | 6.251 | | | | | | | |



Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

13.6 Capital Circulante Líquido de controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas

(a) MESA - Tem por objetivo principal a geração de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023, apresentou capital circulante líquido negativo de R\$347.547 (R\$752.011 em 31 de dezembro de 2022).

Controladas em conjunto e coligadas

(b) Furnas detém participações nas empresas Teles Pires Participações e Chapecoense, que apresentaram em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo de R\$161.978 e R\$196.698, respectivamente (R\$90.899 e R\$35.089, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

13.7 Ajuste de política contábil na SPE Serra do Fação Energia S.A

Em 31 de dezembro de 2023, Furnas efetuou ajuste no valor do seu investimento na SPE Serra do Fação Energia S.A., no montante de R\$97.291 (R\$103.340 em 31 de dezembro de 2022), a fim de padronizar as políticas contábeis dessa entidade para a elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente quanto ao registro do Uso do Bem Público (UBP).

Prática Contábil

Nas demonstrações contábeis da controladora, a Companhia avalia seus investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, vide a nota 4.5, e os outros investimentos em participações societárias pelo valor justo. O valor justo considerado para essas participações corresponde ao preço atual das ações comercializadas na Bolsa de Valores.

No método de equivalência patrimonial, a participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida é reconhecido no resultado período do investidor, em resultado de equivalência patrimonial.

As variações do valor dos investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo, decorrente da modificação dos preços das ações, são registradas diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Os recebimentos de dividendos pagos à Companhia por essas investidas são registrados no resultado.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não composto, portanto, o saldo consolidado de investimentos. Vide a nota 4.5.

A empresa trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes".

14. IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

| CONTROLADORA | | | | | | | | |
|--|-------------------------------------|---|-------------------------|------------------|----------------------|----------------|----------------|------------------|
| | Barragens, reservatórios e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Impairment | Imobilizado em curso | Direito de Uso | Outros (a) | Total |
| Custo histórico | 4.595.458 | 1.400.348 | 4.864.592 | (214.928) | 549.012 | 133.404 | 327.491 | 11.655.377 |
| Depreciação Acumulada e Impairment | (1.789.229) | (926.847) | (1.852.926) | (447.541) | — | (52.025) | (53.308) | (5.121.876) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 2.806.229 | 473.501 | 3.011.666 | (662.469) | 549.012 | 81.379 | 274.183 | 6.533.501 |
| Adição / Constituição | 532 | 11.467 | 201.533 | — | 478.644 | — | (214.713) | 477.463 |
| Baixas / Reversões | — | — | (717) | 3.304 | — | (5.371) | (11.773) | (14.557) |
| Depreciação | (86.372) | (39.419) | (140.604) | — | — | (17.029) | 8.245 | (275.179) |
| Transferências de Ativos Mantidos para Venda | (1.229) | (35.204) | (1.428.085) | 567.256 | (264.089) | — | (738) | (1.162.089) |
| Transferências | (3.028) | 5.453 | (35.933) | — | 29.309 | — | 4.213 | 14 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 2.716.132 | 415.798 | 1.607.660 | (91.909) | 792.876 | 58.979 | 59.417 | 5.559.153 |
| Custo histórico | 4.591.733 | 1.382.064 | 3.601.390 | 355.632 | 792.876 | 128.033 | 104.480 | 10.956.208 |
| Depreciação Acumulada e Impairment | (1.875.601) | (966.266) | (1.993.530) | (447.541) | — | (69.054) | (45.063) | (5.397.055) |
| Taxa média de depreciação a.a. | 1,79% | 2,65% | 2,58% | — | — | 14,59% | 5,02% | — |

| CONTROLADORA | | | | | | | | |
|--|-------------------------------------|---|-------------------------|------------------|----------------------|----------------|----------------|------------------|
| | Barragens, reservatórios e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Impairment | Imobilizado em curso | Direito de Uso | Outros (a) | Total |
| Custo histórico | 4.602.799 | 1.369.299 | 3.789.502 | — | 1.109.518 | 120.110 | 392.139 | 11.383.367 |
| Depreciação Acumulada e Impairment | (1.703.473) | (886.122) | (1.727.758) | (447.541) | — | (32.201) | (55.628) | (4.852.723) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 2.899.326 | 483.177 | 2.061.744 | (447.541) | 1.109.518 | 87.909 | 336.511 | 6.530.644 |
| Adição / Constituição | — | — | 15 | — | 373.392 | 13.294 | 13 | 101.484 |
| Baixas / Reversões | (66.205) | (13.331) | (132.696) | 70.302 | — | — | (71.400) | (213.330) |
| Depreciação | (85.756) | (40.725) | (125.168) | — | — | (19.824) | 2.320 | (269.153) |
| Transferências | 58.864 | 44.380 | 2.207.771 | — | (933.898) | — | 6.739 | 383.856 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 2.806.229 | 473.501 | 3.011.666 | (662.469) | 549.012 | 81.379 | 274.183 | 6.533.501 |
| Custo histórico | 4.595.458 | 1.400.348 | 4.864.592 | (214.928) | 549.012 | 133.404 | 327.491 | 11.655.377 |
| Depreciação Acumulada e Impairment | (1.789.229) | (926.847) | (1.852.926) | (447.541) | — | (52.025) | (53.308) | (5.121.876) |
| Taxa média de depreciação a.a. | 2,02% | 3,10% | 3,08% | — | — | 14,78% | 9,63% | — |

| CONSOLIDADO | | | | | | | | |
|--|-------------------------------------|---|-------------------------|------------------|----------------------|----------------|----------------|-------------------|
| | Barragens, reservatórios e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Impairment | Imobilizado em curso | Direito de Uso | Outros (a) | Total |
| Custo histórico | 13.078.989 | 6.076.203 | 14.956.113 | — | 732.855 | 135.495 | 756.432 | 35.736.087 |
| Depreciação Acumulada e Impairment | (3.186.282) | (2.138.637) | (4.204.769) | (732.800) | — | (52.144) | (113.784) | (11.010.416) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 9.892.707 | 3.937.566 | 10.751.344 | (732.800) | 732.855 | 83.351 | 642.648 | 24.725.671 |
| Aquisição de controle de investida (a) | 357.658 | 67.659 | 203.498 | — | 119 | — | 86.253 | 715.188 |
| Adição / Constituição | 532 | 11.467 | 201.533 | — | 724.939 | 113 | (214.713) | 723.871 |
| Baixas / Reversões | (19.232) | — | (1.211) | 73.635 | (11.536) | (5.371) | (11.811) | 24.474 |
| Depreciação | (351.054) | (178.831) | (503.577) | — | — | (17.533) | (7.577) | (1.058.572) |
| Transferências de Ativos Mantidos para Venda | (1.229) | (35.204) | (1.428.086) | 567.256 | (264.089) | — | (738) | (1.162.089) |
| Transferências | 2.304 | 5.453 | (29.319) | — | (113.884) | — | 135.460 | 14 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 9.299.687 | 3.808.110 | 9.194.183 | (91.909) | 1.068.404 | 60.560 | 629.522 | 23.968.557 |
| Custo histórico | 13.419.022 | 6.125.578 | 13.902.529 | 640.891 | 1.068.404 | 130.237 | 750.883 | 36.037.545 |
| Depreciação Acumulada e Impairment | (4.119.336) | (2.317.468) | (4.708.346) | (732.800) | — | (69.677) | (121.361) | (12.068.988) |
| Taxa média de depreciação a.a. | 1,79% | 2,65% | 2,58% | — | — | 14,59% | 5,02% | — |

(a) Valores referente a alocação dos valores justos da aquisição das SPES Baguari Energia, Retiro Baixo, Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu. Ver nota 13.2.

| CONSOLIDADO | | | | | | | | |
|--|-------------------------------------|---|-------------------------|------------------|----------------------|----------------|----------------|-------------------|
| | Barragens, reservatórios e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Impairment | Imobilizado em curso | Direito de Uso | Outros (a) | Total |
| Custo histórico | 4.602.799 | 1.370.610 | 4.440.394 | — | 1.132.419 | 120.110 | 411.482 | 12.077.814 |
| Depreciação Acumulada e Impairment | (1.703.473) | (886.201) | (1.775.467) | (520.893) | — | (32.201) | (77.479) | (4.995.714) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 2.899.326 | 484.409 | 2.664.927 | (520.893) | 1.132.419 | 87.909 | 334.003 | 7.082.100 |
| Aquisição MESA | 6.506.951 | 3.532.292 | 7.329.149 | — | 141.896 | 2.023 | 348.979 | 17.861.290 |
| Adição / Constituição | — | — | — | (287.874) | 674.224 | 13.294 | 3.122 | 402.766 |
| Baixas / Reversões | (122.855) | (13.415) | (138.218) | 75.967 | (9.713) | (84) | (69.660) | (277.978) |
| Depreciação | (275.487) | (110.321) | (320.642) | — | — | (19.763) | (4.910) | (731.123) |
| Transferências | 302.773 | 44.601 | 1.216.128 | — | (1.205.971) | (28) | 31.114 | 388.617 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 9.310.708 | 3.937.566 | 10.751.344 | (732.800) | 732.855 | 83.351 | 642.648 | 24.725.671 |
| Custo histórico | 11.289.668 | 6.050.361 | 14.151.491 | — | 1.585.296 | 135.723 | 747.412 | 33.959.951 |
| Depreciação Acumulada e Impairment | (1.978.960) | (2.093.574) | (4.222.179) | (738.464) | — | (47.320) | (124.960) | (9.205.457) |
| Taxa média de depreciação a.a. | 2,02% | 3,10% | 3,08% | — | — | 14,78% | 9,63% | — |

Prática Contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide nota 16.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Empresa. A depreciação desses ativos inicia quando estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. Furnas considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Empresa não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide nota 9.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

15. INTANGÍVEL

| CONTROLADORA | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------------------------|---------------|--------------------|---------------------|--------------|-------------------|
| | Concessões | Repactuação do Risco Hidrológico | Software | Uso do bem público | Intangível em curso | Outros | Total |
| Custo histórico | 20.398.739 | 987.838 | 217.284 | 40.812 | 14.165 | — | 21.658.838 |
| Amortização Acumulada e Impairment | (90.568) | (147.356) | (187.471) | (12.685) | — | — | (438.080) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 20.308.171 | 840.482 | 29.813 | 28.127 | 14.165 | — | 21.220.758 |
| Adição aquisição controladas | — | — | — | — | — | — | — |
| Adição / Constituição | — | — | — | — | 19.170 | 1.182 | 20.352 |
| Amortizações | (289.971) | (34.408) | (7.028) | (1.349) | — | — | (332.756) |
| Transferências | — | — | (181) | — | 167 | — | (14) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 20.018.200 | 806.074 | 22.604 | 26.778 | 33.502 | 1.182 | 20.908.340 |
| Custo histórico | 20.398.739 | 987.838 | 217.103 | 40.812 | 33.502 | 1.182 | 21.679.176 |
| Amortização Acumulada e Impairment | (380.539) | (181.764) | (194.499) | (14.034) | — | — | (770.836) |
| Taxa média de amortização a.a. | 4,06% | 3,48% | 3,17% | 3,30% | — | — | — |

| CONTROLADORA | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------------------------|---------------|--------------------|---------------------|----------|-------------------|
| | Concessões | Repactuação do Risco Hidrológico | Software | Uso do bem público | Intangível em curso | Outros | Total |
| Custo histórico | — | 987.838 | 210.612 | 40.814 | 13.810 | — | 1.253.072 |
| Amortização Acumulada e Impairment | — | (89.584) | (172.876) | (11.338) | — | — | (273.796) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | — | 898.254 | 37.736 | 29.476 | 13.810 | — | 979.276 |
| Adição / Constituição | 20.398.739 | — | 181 | — | 3.367 | — | 20.402.287 |
| Amortizações | (90.568) | (57.772) | (14.592) | (1.349) | — | — | (164.281) |
| Transferências | — | — | 6.488 | — | (3.012) | — | 3.476 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 20.308.171 | 840.482 | 29.813 | 28.127 | 14.165 | — | 21.220.758 |
| Custo histórico | 20.398.739 | 987.838 | 217.094 | 40.812 | 13.790 | — | 21.658.273 |
| Amortização Acumulada e Impairment | (45.284) | (138.673) | (183.854) | (12.348) | — | — | (380.159) |
| Taxa média de amortização a.a. | 3,33% | 5,52% | 18,63% | 3,30% | — | — | — |

| CONSOLIDADO | | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------------------------|---------------|--------------------|---------------------|-----------------|----------------|-------------------|
| | Concessões | Repactuação do Risco Hidrológico | Software | Uso do bem público | Intangível em curso | Impairment | Outros | Total |
| Custo histórico | 21.305.176 | 987.837 | 287.868 | 240.153 | 206.475 | — | 153.075 | 23.180.584 |
| Amortização Acumulada e Impairment | (133.846) | (147.356) | (217.956) | (79.943) | — | (31.914) | (43.628) | (654.643) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 21.171.330 | 840.481 | 69.912 | 160.210 | 206.475 | (31.914) | 109.447 | 22.525.941 |
| Aquisição de controle de investida (a) | 943.561 | 23.652 | 231 | 4.635 | 866 | — | 71.549 | 1.044.494 |
| Adição/Constituição | 938 | — | 1.225 | — | 19.170 | — | 52.029 | 73.362 |
| Baixa/Reversão | (29.218) | — | — | — | — | — | (71.314) | (42.100) |
| Amortizações | (325.302) | (34.408) | (7.317) | (6.667) | — | 31.914 | (26.321) | (400.015) |
| Transferências | — | — | (181) | — | 167 | — | (1.209) | (14) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 21.761.309 | 829.725 | 63.870 | 158.178 | 226.678 | (31.914) | 131.485 | 23.171.245 |
| Custo histórico | 22.220.457 | 1.011.489 | 289.143 | 244.788 | 226.678 | 31 | | |



Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

Em junho de 2022, os novos contratos de concessão de geração de energia elétrica resultaram em um aumento significativo no ativo intangível da Empresa, totalizando R\$ 20.398.738. Isso inclui o pagamento de bônus de outorga no valor de R\$ 8.038.255 em junho de 2022, compromissos futuros de repasse à conta de desenvolvimento energético (CDE) no valor de R\$ 9.723.379 ao longo dos próximos 25 anos, e obrigações de desenvolver projetos específicos nos próximos 10 anos, totalizando R\$ 1.759.545.

Prática Contábil

O intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide nota 16.

O intangível da Empresa é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga, em conexão com o processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

16. VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Empresa estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após os impostos, específica para os segmentos testados: 5,81% e 6,53% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2022, 4,62% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,58% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 6,96% e 13,56%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Empresa tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de perda estimada por irreversibilidade de ativos (*impairment*) no exercício:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Imobilizado | (91.912) | (662.469) | (91.912) | (732.800) |
| Intangível | — | — | — | (31.914) |
| Total | (91.912) | (662.469) | (91.912) | (764.714) |

A movimentação das perdas estimadas por irreversibilidade de ativos é como segue:

| Unidade geradora de caixa | CONTROLADORA | | | |
|-------------------------------|------------------|----------|--------------|-------------------|
| | 31/12/2022 | Adições | Reversões | Transferência (*) |
| UTE Santa Cruz | (567.253) | — | — | 567.253 |
| UHE Batalha | (78.651) | — | 3.304 | — |
| UTE Campos (Roberto Silveira) | (16.565) | — | — | — |
| Total | (662.469) | — | 3.304 | 567.253 |

| Unidade geradora de caixa | CONSOLIDADO | | | |
|-------------------------------|------------------|----------|----------------|-------------------|
| | 31/12/2022 | Adições | Reversões | Transferência (*) |
| UTE Santa Cruz | (567.253) | — | — | 567.253 |
| UHE Batalha | (78.651) | — | 3.304 | — |
| Brasil Ventos | (102.245) | — | 102.245 | — |
| UTE Campos (Roberto Silveira) | (16.565) | — | — | — |
| Total | (764.714) | — | 105.549 | 567.253 |

(*) Transferência para ativo mantido para venda.

| Unidade geradora de caixa | CONTROLADORA | | | |
|-------------------------------|------------------|------------------|---------------|------------------|
| | 31/12/2023 | Adições | Reversões | 31/12/2022 |
| UTE Santa Cruz | (279.379) | (287.874) | — | (567.253) |
| UHE Batalha | (148.953) | — | 70.302 | (78.651) |
| UTE Campos (Roberto Silveira) | (16.565) | — | — | (16.565) |
| Total | (444.897) | (287.874) | 70.302 | (662.469) |

| Unidade geradora de caixa | CONSOLIDADO | | | |
|-------------------------------|------------------|------------------|---------------|------------------|
| | 31/12/2023 | Adições | Reversões | 31/12/2022 |
| UTE Santa Cruz | (279.379) | (287.874) | — | (567.253) |
| UHE Batalha | (148.953) | — | 70.302 | (78.651) |
| Brasil Ventos | (75.996) | (31.914) | 5.665 | (102.245) |
| UTE Campos (Roberto Silveira) | (16.565) | — | — | (16.565) |
| Total | (520.893) | (319.788) | 75.967 | (764.714) |

Prática Contábil

A Empresa avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de *impairment*, Furnas admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com a taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Empresa, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que Furnas iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor justo é considerado, sendo calculado com base na média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

17. FORNECEDORES

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-------------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Circulante | | | | |
| Bens Materiais e Serviços | 243.727 | 582.943 | 418.039 | 619.709 |
| Energia Comprada para Revenda | 617.004 | 256.071 | 668.865 | 427.387 |
| CCEE - Energia de curto prazo | 7.097 | 3.412 | 22.656 | 12.543 |
| Outros | 4.725 | 8.937 | 23.440 | 8.937 |
| Total | 872.553 | 851.363 | 1.133.000 | 1.068.576 |

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, Furnas e suas controladas não possuem operação de risco sacado.

Prática Contábil

As obrigações com os fornecedores da Empresa são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos por Furnas e suas controladas é divulgada a seguir:

| Moeda Nacional | Taxas anuais em 31/12/2023 | | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|----------------------------------|----------------------------|--------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Mínima | Máxima | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Mercado de capitais ¹ | 4,08% | 16,24% | 4.839.257 | 1.530.423 | 10.642.539 | 7.370.489 |
| Bancos de fomento ² | — | 10,37% | 386.579 | 694.623 | 1.361.796 | 9.328.971 |
| Mercado bancário ³ | 13,44% | 17,02% | 4.204.263 | 4.612.341 | 4.204.263 | 10.671.134 |
| Eletrobras ⁴ | 7,00% | 7,00% | 359.787 | 454.687 | 359.787 | 454.687 |
| Outras Instituições ⁵ | 10,00% | 10,00% | 301.565 | 337.097 | 301.565 | 337.097 |
| | | | 10.091.451 | 7.629.171 | 16.869.950 | 28.162.378 |
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| Bancos de fomento ⁶ | 5,58% | 6,89% | — | 355.323 | — | 355.323 |
| | | | | 355.323 | | 355.323 |
| Total | | | 10.091.451 | 7.984.494 | 16.869.950 | 28.517.701 |
| Encargos | | | 276.455 | 175.847 | 546.057 | 430.915 |
| Principais | | | 1.654.041 | 2.153.459 | 2.153.459 | 2.153.459 |
| Circulante | | | 1.930.496 | 1.427.306 | 2.689.516 | 2.617.176 |
| Não Circulante | | | 8.160.955 | 6.557.188 | 14.170.434 | 25.900.525 |
| | | | 10.091.451 | 7.984.494 | 16.869.950 | 28.517.701 |

¹ O saldo refere-se aos debêntures e FIDC;

² O saldo refere-se às operações com BASA FNO, BNDES, BNB e FINEP;

³ O saldo refere-se aos empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras;

⁴ O saldo refere-se aos empréstimos junto à Eletrobras;

⁵ O saldo refere-se, substancialmente, à dívida com a State Grid; e

⁶ O saldo refere-se aos empréstimos junto ao BID.

Em setembro de 2023, Furnas concretizou a emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 5 (cinco) séries, com garantia fidejussória da Empresa, para distribuição pública, no valor total de R\$ 3.500.000, sendo: (a) R\$ 500.000 na 1ª (primeira) série, com vencimento em agosto de 2025; (b) R\$ 500.000 na 2ª (segunda) série, com vencimento em agosto de 2026; (c) R\$ 1.000.000 na 3ª (terceira) série, com vencimento em agosto de 2027; (d) R\$ 500.000 na 4ª (quarta) série, com vencimento em agosto de 2027; e (e) R\$ 1.000.000 na 5ª (quinta) série, com vencimento em agosto de 2028.

As referidas Notas não terão o seu valor nominal unitário atualizados monetariamente e os juros remuneratórios corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros.

18.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Saldo inicial | 7.984.494 | 6.877.578 | 28.517.701 | 7.382.052 |
| Efeito no fluxo de caixa: | | | | |
| Captação | 3.514.604 | 2.500.000 | 3.514.604 | 2.500.000 |
| Juros Pagos | (899.631) | (757.566) | (2.365.185) | (1.276.861) |
| Amortização do Principal | (1.548.329) | (1.546.596) | (4.375.735) | (1.796.604) |
| Custos de transação apropriado | (7.651) | 2.461 | 4.925 | 3.782 |
| Efeito não caixa: | | | | |
| Aquisição da MESA | — | — | — | 19.979.061 |
| Juros e encargos incorridos | 1.000.237 | 867.800 | 3.047.240 | 1.583.172 |
| Variações monetárias incorridas | 66.279 | 55.891 | 49.724 | 158.175 |
| Variações cambiais incorridas | (18.552) | (15.074) | (18.552) | (15.076) |
| Transferência Dívida (*) | — | — | (11.504.772) | — |
| Transferências de ativos mantidos para venda | — | — | — | — |
| Desreconhecimento de RGR | — | — | — | — |
| Saldo final em 31 de dezembro | 10.091.451 | 7.984.494 | 16.869.950 | 28.517.701 |

(*) Valor referente à assunção de dívidas da SAESA pela Eletrobras. Assim, a Eletrobras capitalizou os créditos detidos contra a SAESA em Furnas, extinguindo do referido crédito por confusão entre credor e devedor. Vide nota 2.5.

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo tem seu vencimento assim programado:

| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | Após 2027 | Total |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | 1.930.498 | 1.702.920 | 2.331.321 | 2.209.490 | 1.917.222 | 10.091.451 |
| | 2.699.516 | 2.196.437 | 2.795.869 | 2.682.460 | 6.495.668 | 16.869.950 |

18.2 Garantias

A Empresa e sua Controladora participam, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é de R\$7.513.280, em 31 de dezembro de 2023, e é apresentado no quadro abaixo:

| EMPRESAS CONTROLADAS | | | | | |
|---------------------------------------|------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------|
| Garantidora | Modalidade | Empreendimento | Saldo Devedor em 31/12/2023 | Garantido em 31/12/2023 | Término da Garantia |
| Eletrobras | SPE | UHE Santo Antônio (a) | 433.894 | 10/12/2030 | |
| Eletrobras | SPE | UHE Santo Antônio (a) | 292.212 | 15/04/2024 | |
| Eletrobras | SPE | UHE Santo Antônio (a) | 5.512.526 | 28/06/2038 | |
| Eletrobras | SPE | Teles Pires | 266.218 | 15/02/2036 | |
| Eletrobras | SPE | Teles Pires | 262.561 | 15/02/2036 | |
| Eletrobras | SPE | Teles Pires | 108.619 | 30/05/2032 | |
| Eletrobras | SPE | Caldas Novas Transmissão | 2.017 | 15/03/2028 | |
| Eletrobras | SPE | Empresa de Energia São Manoel | 533.477 | 15/12/2038 | |
| Furnas | SPE | Empresa de Energia São Manoel | 101.757 | 15/06/2033 | |
| Garantias empresas controladas | | | 7.513.280 | | |

(a) UHE Santo Antônio - O valor garantido será 99,6777% do saldo devedor total.

18.3 Obrigações Assumidas - Covenants

A Empresa possui cláusulas restritivas (*covenants*) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve descumprimento de *covenants* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

Para fazer frente aos riscos de eventual execução das garantias fornecidas pela Eletrobras para financiamentos de empresas não controladas, a Companhia provisiona entre 1% e 5% do saldo devedor, considerando o grau de risco envolvido, que é calculado com base no histórico de execução de garantias e no capital circulante líquido da empresa detentora da dívida.

19. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Juros sobre capital próprio | 673.158 | 742.797 | 708.947 | 742.797 |
| Dividendos declarados | — | — | — | — |
| Dividendos adicionais a pagar | — | — | — | — |
| Total | 673.158 | 742.797 | 708.947 | 742.797 |

Em 28 de setembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a proposta da distribuição de JCP no valor de R\$ 3.500.000 com base em: 1) R\$ 971.501.000 referentes ao resultado do 2º trimestre de 2023; 2) R\$ 2.006.545.754 à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos; 3) R\$ 521.953.246 à conta da reversão de parte do saldo da Reserva de Lucros a Realizar.

Em 27 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a proposta de antecipação da distribuição de JCP no valor de R\$ 792.000 (R\$ 673.158 líquido de IRRF à alíquota de 15%) com base no lucro registrado nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2023.

Prática Contábil

Furnas possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou JCP não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

20. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Empresa apresenta no patrimônio líquido, valores correspondentes a AFAC, conforme movimentação abaixo:

| | CONTROLADORA/CONSOLIDADO | |
|--|--------------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Eletrobras | — | 8.400.000 |
| Total | — | 8.400.000 |
| | AFAC | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 8.400.000 | |
| Adiantamento para Futuro aumento de Capital Eletrobras | — | — |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 8.400.000 | |

Em novembro de 2023, foi realizada a integralização do AFAC no valor de R\$ 8.400.000 no capital da Empresa, mediante a emissão de novas ações ordinárias. Vide nota 2.6.

Prática contábil

Os recursos recebidos da Eletrobras, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados no passivo não circulante quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social da Empresa não estiverem satisfaitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Após o período de um ano, os adiantamentos para futuro aumento de capital não integralizados passam a ser atualizados por index

24.1 Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

| Balanço Patrimonial - Planos Previdenciários | CONTROLADORA/ CONSOLIDADO | |
|---|---------------------------|--------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a) | 14.076.003 | 13.034.860 |
| (-) Valor justo dos ativos do plano (b) | (14.800.723) | (13.863.010) |
| Valores disponíveis imediatos | (445) | (175) |
| Realizável previdenciário | (94.264) | (84.147) |
| Renda fixa | (15.782.786) | (12.359.677) |
| Renda variável | (666.861) | (2.727.479) |
| Investimentos imobiliários | (369.379) | (492.865) |
| Empréstimos e financiamentos | (110.411) | (166.200) |
| Tesouraria | 38.151 | 35.643 |
| Outros | (97.542) | (89.033) |
| (-) Exigíveis previdenciários | 216.281 | 179.571 |
| (-) Exigíveis de investimentos | 143.986 | 135.274 |
| Valor justo - Parte CD | 1.922.547 | 1.706.078 |
| Passivo (Ativo) líquido | (724.720) | (828.150) |
| Efeito de restrição sobre o ativo | 749.414 | 866.122 |
| Valor do passivo(ativo) de benefício pós-emprego | 24.694 | 37.972 |
| Circulante | - | - |
| Não Circulante | 24.694 | 37.972 |

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários

| | CONTROLADORA/ CONSOLIDADO | |
|---|---------------------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Custo do serviço corrente | 12.688 | 13.995 |
| Custos dos juros líquidos | 1.487 | 5.434 |
| Despesa (despesa) atuarial reconhecida no exercício | 14.175 | 19.429 |

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Movimentação do Valor Presente - Planos Previdenciários

| Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | |
|---|----------------------------|-------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Custos dos serviços correntes líquidos | 12.688 | 13.995 |
| Contribuição dos participantes ativos | 4.610 | 5.513 |
| Custos dos juros | 1.291.304 | 1.245.136 |
| Benefícios pagos | (1.280.843) | (1.208.131) |
| (Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas | 341.398 | (41.540) |
| (Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras | 664.590 | (912.541) |
| (Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência | 7.396 | 325.607 |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | 14.076.003 | 13.034.860 |

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Movimentação do Valor Justo - Planos Previdenciários

| Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | |
|--|----------------------------|-------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Receita de juros | 1.379.635 | 1.251.011 |
| Contribuições patronais | 42.088 | 40.010 |
| Contribuições de participantes do plano | 4.610 | 5.513 |
| Benefícios pagos/adiantados | (1.280.843) | (1.208.131) |
| Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros) | 792.222 | 130.523 |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | 14.800.722 | 13.863.010 |

24.1.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

| Hipóteses Econômicas | 2023 | | 2022 | |
|---|---|-------|-------|--|
| | Taxa de juros real de desconto atuarial | 5,34% | 6,13% | |
| Projeção de aumento médio dos salários | 2,09% | 2,00% | | |
| Taxa de crescimento real dos benefícios | 0,00% | 0,00% | | |
| Duration | 8,10 | 9,86 | | |

| Hipóteses Demográficas | 2023 | | 2022 | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|------|--|
| | Taxa de rotatividade | Nula | Nula | |
| Tábua de mortalidade de ativos e inativos | AT-2000 Basic Segregada por sexo | AT-2000 Basic Segregada por sexo | | |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP-2000 Disabled por sexo | AT-49 Segregada por sexo | | |
| Tábua de invalidez | Álvaro Vindas SUAV 50% | Álvaro Vindas SUAV 50% | | |

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes:

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.984.703 ou aumento de R\$ 138.084, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 45.568 ou teria uma redução de R\$ 40.949, respectivamente.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usadas na preparação da análise de sensibilidade.

24.2 Planos de saúde

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

| Balanço Patrimonial - Planos de saúde | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | |
|---|----------------------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a) | 93.620 | 83.411 |
| (-) Valor justo dos ativos do plano | - | - |
| Passivo (Ativo) líquido | 93.620 | 83.411 |
| Circulante | - | - |
| Não Circulante | 92.620 | 83.411 |

Demonstração do Resultado - Planos de saúde

| | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | |
|---|----------------------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Custo do serviço corrente | - | - |
| Custos dos juros líquidos | 8.410 | 10.669 |
| Despesa (receita) atuarial reconhecida no exercício | 8.410 | 10.669 |

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos de saúde, são as seguintes:

Movimentação do Valor Presente - Plano de saúde

| Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | |
|---|----------------------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Custos dos serviços correntes líquidos | - | - |
| Custos dos juros | 8.410 | 7.071 |
| Benefícios pagos | (5.704) | (5.012) |
| (Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas | (1.333) | - |
| (Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras | 7.525 | (7.398) |
| (Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência | 311 | 13.314 |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | 92.620 | 83.411 |

24.3 Resultados consolidados atuariais

Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

| Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | |
|--|----------------------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas | 1.996.161 | 1.994.254 |
| Retorno sobre ativos do plano | 1.019.886 | (626.164) |
| Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido | (792.222) | (130.523) |
| Outros Ajustes - Encerramento do plano | (4.697) | 759.577 |
| Ativos / Passivos diferidos - Laudo atuarial | (5.590) | (983) |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | 2.007.013 | 1.996.161 |

24.4 Contribuições patronais

Análise dos vencimentos anuais esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

| Programa Previdenciário | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 em diante | Total |
|--------------------------|-----------|-----------|---------|---------|-----------|----------------|------------|
| Controladora/Consolidado | 1.087.452 | 1.008.673 | 934.111 | 934.111 | 1.486.145 | 8.718.131 | 14.168.623 |

Furnas espera contribuir com R\$ 1.087.452 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício.

Prática Contábil

Planos previdenciários

Furnas patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. Furnas possui planos de contribuição definida e de benefício definido.

• Nos planos de contribuição definida, Furnas faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Furnas efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Furnas não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

• Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, Furnas tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

Furnas oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispo do a mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado por Furnas antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. Furnas reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos benefícios aos empregados é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos.

25. CONCESSÕES A PAGAR

| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---------------------------------|--------------|----------------|-------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Incorporação MESA | 1.860 | 37.202 | 1.860 | 37.202 |
| Encargos | - | 3.297 | 27.419 | 292.460 |
| Ajuste valor presente | - | - | - | 5.588 |
| Transferência para circulante | 120 | (120) | 14.604 | 9.550 |
| Amortização | - | (2.940) | (13.909) | (2.940) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.980 | 37.439 | 29.943 | 327.256 |
| Incorporação MESA | - | - | 1.131 | 11.266 |
| Encargos | - | 2.503 | - | 2.503 |
| Ajuste valor presente | - | - | - | 8.413 |
| Transferência para circulante | 99 | (99) | 1.346 | (1.346) |
| Amortização | - | (2.439) | - | (2.439) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 2.079 | 37.404 | 32.420 | 345.652 |

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-----------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| 2024 | 2.079 | - | 32.420 | - |
| 2025 | 1.976 | - | 34.234 | - |
| 2026 | 1.976 | - | 35.441 | - |
| 2027 | 1.976 | - | 36.752 | - |
| 2028 | 1.976 | - | 38.124 | - |
| Após 2028 | 29.500 | - | 201.102 | - |
| Total | 39.483 | - | 378.073 | - |

| Usina | CONTROLADORA | | Valor atualizado | |
|---------------------|-----------------|---------------|------------------|---------------|
| | Pagamento Anual | Saldo a pagar | Pagamento Anual | Saldo a pagar |
| Batalha - 35 anos | 249 | 4.819 | 385 | 7.457 |
| Simplicio - 35 anos | 972 | 19.530 | 1.591 | 32.026 |

| Usina | CONSOLIDADO | | Valor atualizado | |
|-----------------------------|-----------------|---------------|------------------|---------------|
| | Pagamento Anual | Saldo a pagar | Pagamento Anual | Saldo a pagar |
| Batalha - 35 anos | 249 | 4.819 | 385 | 7.457 |
| Simplicio - 35 anos | 972 | 19.530 | 1.591 | 32.026 |
| Santo Antônio - 35 anos | 12.137 | 247.788 | 29.210 | 325.580 |
| Consórcio Baguari - 35 anos | 408 | 7.752 | 1.076 | 8.365 |
| UHE Retiro Baixo - 35 anos | 54 | 4.644 | 54 | 4.644 |

26. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Furnas e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito administrativo e judiciário, principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a:

- Processos cíveis - Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, (ii) ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas;
- Processos trabalhistas - Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, (ii) ações vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego;
- Processos tributários - Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) compensações não homologadas de PIS e COFINS, (ii) cobrança de contribuição previdenciária indevida, (iii) autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga, (iv) apuração e compensações de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ e à CSLL;
- Processos regulatórios - Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas a caducidade de contratos de concessão; e
- Processos ambientais - Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas aos licenciamentos e danos ambientais de operações e projetos da Companhia.

26.1 Provisões para litígios

A Empresa e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Circulante | | | | |
| Cíveis | - | - | 94.403 | 62.285 |
| Trabalhistas | - | - | 1.627 | 165 |
| Fundários | - | - | 201.782 | - |
| Ambientais | - | - | 146 | - |
| Outros | - | - | - | - |
| | - | - | 297.958 | 62.450 |
| Não Circulante | | | | |
| Trabalhistas | 621.642 | 740.124 | 621.806 | 744.182 |
| Tributárias | 669.608 | 537.949 | 669.608 | 537.949 |
| Cíveis | 634.615 | 497.778 | 712.866 | 581.657 |
| Regulatórios | 394.440 | 363.099 | 394.440 | 363.099 |
| Fundários | 280.272 | 288.430 | 390.360 | 416.240 |
| | 2.672.314 | 2.491.221 | 2.869.748 | 2.706.968 |
| Total | 2.672.314 | 2.491.221 | 3.167.706 | 2.769.418 |

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a seguinte evolução:



Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

26.1.4 Fundiários

Em 31 de dezembro de 2023 os processos fundiários prováveis somam R\$ 592.142 (R\$ 416.240 em 31 de dezembro de 2022). No caso dos processos fundiários destacamos:

• Indenização por servidão (Processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224)

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 177.273 (R\$ 168.248 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de uma ação de indenização, movida pela Empreendimentos e Representações Cabuçu Ltda., por servidão de passagem de linha de transmissão elétrica Guarulhos-São José dos Campos ajuizada em 1985, referente à expropriação ocorrida em 1963. O autor iniciou o cumprimento de sentença por meio do processo nº 0020278-73.2016.8.26.0224, cujo trâmite foi suspenso pelo ajuizamento de Ação Rescisória por Furnas, autuada sob o nº 2123705-45.2016.8.26.0000. Considerando o acordo proferido pelo TJSP favoravelmente a Furnas na ação rescisória, o cumprimento de sentença na ação de indenização encontra-se suspenso.

• Obrigação de fazer (Processo nº 0326606-20.2008.8.13.0019)

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 81.734 (R\$ 70.968 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer impetrada pelo Município de Capitólio/MG em decorrência da construção da UHE Furnas.

• MESA

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 201.782 no Circulante e R\$ 110.088 no Não Circulante (R\$ 0 e R\$ 127.810, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). MESA é parte envolvida em (i) ações movidas contra a Empresa por possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio no agravamento da cheia de 2014 ou desbarrancamento das margens do rio Madeira e consequentes danos a imóveis; (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação tentada pela Empresa relacionada aos imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio; e (iii) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal já entregues à comunidade reassentada pela Empresa por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola. Destacamos o provisionamento Joana D'arc, processo nº 0014433-03.2012.8.22.0001 de R\$ 120.000 no Circulante, referente à ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual de Rondônia com o objetivo de se reconhecer supostos impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio sobre os Projetos de Assentamento Joana D'Arc I, II e III e exigir, além do pagamento de indenização e auxílios financeiros, o remanejamento das famílias afetadas pela companhia e o pagamento de dano moral coletivo e social.

26.1.5 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 os processos cíveis prováveis somam R\$ 807.269 (R\$ 643.942 em 31 de dezembro de 2022).

• Ações de cobrança - Integral Engenharia Ltda.

Diante das decisões desfavoráveis a Furnas, os prognósticos de riscos de quatro ações ajuizadas pela Integral Engenharia Ltda foram alterados de possível para provável, os valores constituídos somam R\$ 165.762 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 172.821 como risco possível em 31 de dezembro de 2022). As ações postulam pagamentos pendentes de um contrato administrativo estabelecido, cujo objeto é a implantação do novo trecho da Ferrovia Centro Atlântica, nos municípios de Chiador e Além Paraíba/MG, para AHE Símplicio - Queda única.

• Ação de responsabilidade civil - COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. (Processo nº 0155660-53.1998.8.19.0001)

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 76.812 (R\$ 65.541 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação de responsabilidade civil extracontratual movida pela empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. contra Furnas.

• Complementação de aposentadoria - Fundação Real Grandeza - FRG

Furnas é parte em diversos processos cíveis de perda provável no que que tangue a complementação de aposentadoria, e em 31 de dezembro de 2023 esses processos somam R\$ 208.521 (R\$ 164.214 em 31 de dezembro de 2022). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de cobrança de reembolso para as devidas patrocinadoras da FRG.

• MESA

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 86.235 (R\$ 70.914 em 31 de dezembro de 2022). As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua maioria, (i) indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, (ii) indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

26.2 Passivos contingentes

Adicionalmente, a Empresa possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Tributárias | 8.202.716 | 8.071.808 | 9.223.804 | 9.021.105 |
| Cíveis | 790.139 | 641.075 | 3.222.093 | 3.273.079 |
| Regulatórios | 1.085.883 | 1.018.082 | 1.085.883 | 1.018.082 |
| Trabalhistas | 894.040 | 819.408 | 896.154 | 824.021 |
| Ambientais | 1.363.222 | 948.068 | 1.396.761 | 998.038 |
| Fundiários | 94.681 | 86.256 | 94.681 | 86.256 |
| Total | 12.430.681 | 11.584.697 | 15.919.376 | 15.220.581 |

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil.

26.2.1 Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023 os processos trabalhistas com risco possível somam R\$ 896.154 (R\$ 824.021 em 31 de dezembro de 2022). Furnas é parte em diversos processos trabalhistas, que não são individualmente materiais. Destacamos-se:

- R\$ 213.255 (R\$ 222.711 em 31 de dezembro de 2022) referente a ações movidas por ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser Furnas responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador;
- R\$ 151.850 (R\$ 123.328 em 31 de dezembro de 2022) referente às ações movidas por funcionários que pleiteiam o recebimento de horas extras trabalhadas;
- R\$ 29.690 (R\$ 53.526 em 31 de dezembro de 2022) referente a ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria; e
- R\$ 85.977 (R\$ 11.436 em 31 de dezembro de 2022) referente a ações movidas por trabalhadores pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

26.2.2 Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023 os processos tributários com probabilidade possível somam R\$ 9.223.804 (9.021.105 em 31 de dezembro de 2022).

• Auto de infração - IRPJ e CSLL (Processo nº 5033017-06.2019.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.976.858 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.876.516 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação anulatória de débito fiscal, proposta por Furnas em face da União Federal, objetivando a desconstituição de crédito tributário. Em agosto de 2022 foi proferida sentença favorável a Furnas, tendo o juiz julgado procedente o seu pedido para afastar as cobranças perpetradas. A União Federal interpôs Apelação e aguarda-se o desenrolar do processo.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

• Auto de infração - PIS/COFINS (Processo nº 5002123-76.2021.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.730.503 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.645.510 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação anulatória de débito fiscal, proposta por Furnas em face da União Federal, objetivando a desconstituição de crédito tributário oriundo de suposta insuficiência de recolhimento.

• Auto de infração - Prejuízo Fiscal (Processo nº 16682.722.946/2015-23)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 809.625 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 894.253 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de auto de infração, lavrado pela Fazenda Nacional contra Furnas, em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. As despesas deduzidas no ano-calendário de 2010 foram rejeitadas pela autoridade fiscal. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada, porém a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial de Divergência contra a decisão, que aguarda julgamento. O processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da Empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP. Deste modo, esse montante foi excluído do processo, restando apenas a quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo, seguindo no CARF a discussão quanto à possibilidade de utilização como prejuízo fiscal de despesa tida em 2000, mas registrada diretamente na parte B do LALUR em 2009. Processo em última instância administrativa, tendo-se iniciado o julgamento na Câmara Superior de Recursos Fiscais, mas suspenso em razão de pedido de vista por um dos Conselheiros. Aguardando conclusão do julgamento.

• Cobrança de crédito tributário - IRPJ e CSLL (Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 853.717 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 809.118 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de Execução Fiscal, ajuizada pela União Federal contra Furnas, para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado por Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença parcialmente procedente, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento. Em sede de recurso, o TRF2 manteve a sentença. Aguarda-se a movimentação do processo para interposição de recursos.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

• Crédito tributário - IRPJ e CSLL (Processo nº 5015422-23.2021.4.02.5101)

O montante total classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 725.103 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 677.561 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de Execução Fiscal de crédito tributário, tendo como partes União Federal (autora) e Furnas (ré), decorrente do lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multa de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão realizada por Furnas da base de cálculo dos tributos acima mencionados referente ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica nº 062/2001 - ANEEL, de 04/12/2012. Furnas, naquele momento, entendeu que este montante possuía caráter indenizatório e, por esta razão, estaria isenta de tributação. Os embargos à execução ajuizados por Furnas foram julgados procedentes, tendo sido cancelados os débitos discutidos. A União interpôs apelação, sendo o processo remetido à 2ª instância.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

• Cobrança de ICMS (Processo nº 0046753-12.2020.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 625.835 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 584.992 em 31 de dezembro de 2022). Furnas ajuizou ação anulatória contra o Estado do Rio de Janeiro para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia, cuja operação seguinte - venda da energia - estava sob regime de diferimento de ICMS. Foi proferida sentença julgando improcedente o pedido de Furnas, que interpôs recurso de apelação e aguarda análise pelo Tribunal.

• Execução Fiscal - IRPJ (Processo nº 5062386-45.2019.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 147.223 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 138.543 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de Execução Fiscal, ajuizada pela Fazenda Nacional contra Furnas, para exigir crédito tributário relativo à aplicação de multas isoladas pela suposta falta de recolhimento das estimativas mensais no exercício de 2011. Considerou-se que a resolução da lide depende do desfecho da discussão quanto às compensações travada na Execução Fiscal 5011315-38/2018.4.02.5101, razão pela qual o juiz da 8ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro suspendeu o presente processo até o trânsito da decisão proferida naquela Execução.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

• MESA, controlada de Furnas, tem processos com diagnóstico de perda possível que somam R\$ 1.021.088 (R\$ 949.297 em 31 de dezembro de 2022).

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Controlada; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; e (v) Defesa em notificação recebida da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia-SEFIN-RO para proceder o levantamento e o recolhimento das diferenças de ICMS relativos ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014.

26.2.3 Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023 os processos regulatórios com risco possível somaram R\$ 1.085.883 (R\$ 1.018.082 em 31 de dezembro de 2022).

• Declaração de nulidade (Processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 309.541 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 319.609 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de declaração de nulidade, tendo como partes AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (autor) e Furnas e outros (réus), do Despacho da ANEEL nº 288/02 que revogou os itens 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Busca-se o refazimento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/02.

• Mandado de segurança (Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 282.681 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 269.951 em 31 de dezembro de 2022). O processo tem como partes Furnas (autora) e ANEEL (ré), e trata-se de um mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) e CUD referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não ser concedida a segurança e Furnas ser obrigada a assinar tais contratos regulados.

26.2.4 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 os processos cíveis e outros com risco possível somaram R\$ 3.222.093 (R\$ 3.273.079 em 31 de dezembro de 2022).

• Ação de cobrança - CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.

O montante classificado com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, é R\$ 235.706 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação de cobrança interposta pela CPFL contra Furnas.

• Ações de cobrança - Integral Engenharia Ltda.

O montante classificado com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, é R\$ 111.477 (R\$ 99.558 em 31 de dezembro de 2022). São duas ações que postulam pagamentos pendentes de contratos administrativos estabelecidos.

• Ação de responsabilidade civil - Comércio Camargo Corrêa S.A. (Processo nº 0155660-53.1998.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, é R\$ 53.139 (R\$ 50.178 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação de responsabilidade civil extracontratual movida pela empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. contra Furnas.

• Reembolso de despesas - Real Grandeza (Processo nº 0286385-32.2018.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, é R\$ 115.239 (R\$ 100.708 em 31 de dezembro de 2022). O processo tendo como parte contrária a Fundação de Previdência e Assistência Social - Real Grandeza, e trata-se de cobrança de reembolso para as devidas patrocinadoras da Fundação Real Grandeza.

• MESA, controlada de Furnas, tem processos com diagnóstico de perda possível que somam R\$ 2.431.954 (R\$ 2.632.004 em 31 de dezembro de 2022).

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau e consequente queda da produção pesqueira, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

26.2.5 Ambientais

Em 31 de dezembro de 2023 os processos ambientais com risco de perda possível somaram R\$ 1.396.761 (R\$ 998.038 em 31 de dezembro de 2022).

• Reparação Civil de Danos Ambientais (Processo nº 000083-097/2014)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 812.002 (R\$ 812.002 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de Área De Preservação Permanente da Usina de Manso, tendo como parte Ministério Público Do Estado De Mato Grosso, sob acompanhamento da 15ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente Natural de Cuiabá, a fim de verificar a situação de operação do UHE Manso. Foi elaborado pelo Ministério Público o Relatório Técnico nº 219/2022, por meio do qual concluiu que a valoração do dano ambiental, considerando o exercício da atividade sem licença ambiental e o não cumprimento das condicionantes.

• Auto de infração Ambiental (Processo nº 309529/2023)

Auto de infração ambiental emitido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), enquadrado no art. 112, do Decreto estadual nº 47.383/18, provisionado a partir de março/2023, no montante atualizado de R\$ 322.574.

• Auto de infração Ambiental (Processo nº 001/2020)

Auto de infração ambiental emitido pela Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente do município de Chapada do Guimarães - MT, segundo o qual Furnas teria descumprido o disposto na Lei Municipal nº 1.645/2015, no montante atualizado de R\$ 49.252.

26.3 Cauções e depósitos vinculados

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Ativo Circulante | | | | |
| Cauções e outros depósitos vinculados | - | - | 125.181 | 137.708 |
| Ativo Não Circulante | | | | |
| Cauções e outros depósitos vinculados | 14.405 | 14.391 | 230.379 | 51.705 |
| Trabalhistas | 260.322 | 359.346 | 260.817 | 359.346 |
| Regulatórios | 243.150 | 232.203 | 243.150 | 232.203 |
| Tributários | 466.046 | 241.174 | 466.046 | 241.174 |
| Cíveis | 199.229 | 178.402 | 214.180 | 191.367 |
| Ambientais e fundiários | 2.855 | 53.493 | 2.855 | 53.493 |
| Bloqueios (BacenJud) | - | 1.717 | - | 1.717 |
| Outros | 42.969 | - | 44.420 | - |
| Total | 1.228.976 | 1.080.726 | 1.587.028 | 1.268.713 |

Prática Contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Empresa.

Os depósitos judiciais são mensurados inicialmente pelos seus valores nominais e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

27. OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo as obrigações de: Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a projetos na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas.

| | CONTROLADORA/ CONSOLIDADO | |
|----------------|---------------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| CDE | 9.436.323 | 8.557.397 |
| Revitalização | 1.763.193 | 1.814.755 |
| Total | 11.199.516 | 10.372.152 |
| Circulante | 598.781 | 405.668 |
| Não Circulante | 10.600.735 | 9.966.484 |
| Total | 11.199.516 | 10.372.152 |

27.1 Movimentação das obrigações Lei nº 14.182/2021

| | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | |
|--|----------------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 8.557.397 | 1.814.755 |
| Atualização Monetária | 398.155 | 87.206 |
| Encargos | 659.250 | 93.427 |
| Juros Pagos | (10.635) | (8.737) |
| Amortização do Principal | (167.844) | (223.458) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 9.436.323 | 1.763.193 |

Em abril de 2023, foi realizada o pagamento da segunda parcela à CDE, no montante de R\$ 178.479, conforme Resolução CNPE 30, de 21 de dezembro de 2021 e no âmbito do processo de desestatização da Companhia.

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa de 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

| | CONTROLADORA / CONSOLIDADO | | Total |
|------|----------------------------|------------|---------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | |
| 2024 | 356.970 | 241.811 | 598.781 |



Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando Furnas, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

Furnas realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso refletirá melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

Furnas considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Furnas baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Empresa são extintas e canceladas ou quando expiram.

34.1 Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

| Patrimonial | 31/12/2023 | | | | | 31/12/2022 | | | | | ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico | |
|---|-----------------|-----------------------------|----------------|--|---------------------|-----------------|-----------------------------|---------------|--|---------------------|---|---|
| | Controladas (a) | Controladas em conjunto (a) | Coligadas (a) | Entidades benefício pós-emprego e de saúde | Empresas Eletrobras | Controladas (a) | Controladas em conjunto (a) | Coligadas (a) | Entidades benefício pós-emprego e de saúde | Empresas Eletrobras | | |
| Ativos | | | | | | | | | | | | |
| Clientes | 18.191 | 12.983 | 8.535 | - | 22.416 | 14.148 | 4.458 | 7.824 | - | 17.776 | - | - |
| Outras contas a receber | 3.448 | - | 153 | 115 | 135.906 | - | - | 1.270 | 932 | 136.409 | - | - |
| Dividendos / JCP a receber | 101.856 | 45.552 | 118.377 | - | - | - | 46.007 | 71.402 | - | - | - | - |
| PECLD (b) | - | - | - | - | (135.357) | - | - | - | - | (135.357) | - | - |
| Imobilizado - Obrigações vinculadas à concessão | - | - | - | - | (9.150) | - | - | - | - | (9.150) | - | - |
| Total Ativo | 123.495 | 58.535 | 127.065 | 115 | 13.815 | 14.148 | 50.465 | 80.496 | 932 | 9.678 | - | - |
| Passivos | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | 159 | 11.980 | 14.288 | 303 | 21.525 | - | 12.266 | 10.282 | 231 | 49.334 | 105 | - |
| Obrigações diversas | - | - | - | 460 | 7.394 | - | - | - | 11.079 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - | 146.099 | 359.787 | - | - | - | 4.892 | 454.687 | - | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | - | - | - | - | 673.200 | - | - | - | - | 740.327 | - | - |
| Outras contas a pagar | - | 474 | - | 10.738 | 184 | - | 460 | - | 87.468 | 99 | - | - |
| Total do Passivo | 159 | 12.454 | 14.288 | 157.600 | 1.062.090 | - | 12.726 | 10.282 | 103.670 | 1.244.447 | 105 | - |

(a) Vide nota explicativa 13; e

(b) A PECLD com Empresas Eletrobras de R\$ 135.357; (i) Eletropar - Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e fibra ótica, no montante de R\$ 105.261; e (ii) Chesf - O valor registrado de R\$ 30.096 refere-se a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf nas operações no Mercado Atacadista de Energia (MAE).

| Resultado | 31/12/2023 | | | | | 31/12/2022 | | | | | Bancos (b) | Administração Comum (c) | União Federal (d) |
|--|-----------------|-----------------------------|-----------------|--|---------------------|-----------------|-----------------------------|----------------|--|---------------------|------------------|-------------------------|-------------------|
| | Controladas (a) | Controladas em conjunto (a) | Coligadas (a) | Entidades benefício pós-emprego e de saúde | Empresas Eletrobras | Controladas (a) | Controladas em conjunto (a) | Coligadas (a) | Entidades benefício pós-emprego e de saúde | Empresas Eletrobras | | | |
| Receita uso da rede elétrica | 92.607 | 44.957 | 41.997 | - | 246.070 | 78.418 | 38.210 | 35.242 | - | 206.603 | - | - | 14.904 |
| Receitas de prestação de serviços | - | 104 | 3.167 | - | 8.999 | 1.688 | 307 | 16.335 | - | 6.295 | - | - | 6.353 |
| Outras receitas | 2.351 | - | 455 | 10.351 | 6.970 | 526 | - | 102.698 | 83.280 | 8.079 | 408 | - | 2 |
| Compra de Energia Elétrica | - | (104.464) | (145.249) | - | (2.018) | - | (107.769) | (179.883) | - | - | - | - | - |
| Encargos de Uso da Rede | (2.008) | (35.319) | (16.396) | - | (195.297) | (305) | (34.417) | (17.743) | - | (168.406) | - | - | - |
| Venda de Energia | 103.531 | 19.847 | 54.010 | - | - | 97.869 | 12.674 | 39.505 | - | - | - | - | 14.898 |
| Provisão perdas investimentos - SPE Mesa | - | - | - | - | - | (956.417) | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversão da provisão com passivo a descoberto - SPE Mesa | - | - | - | - | - | 705.864 | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras despesas | - | - | - | (3.432) | - | (182) | (125.129) | (27) | (334.416) | (24.556) | (796) | (22.405) | (376.118) |
| Receitas (Despesas) Financeiras | - | - | - | - | (2) | - | - | - | (1.333) | (75.071) | (130.534) | - | - |
| Encargos de dívidas | - | - | - | (28) | (30.310) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 196.481 | (74.875) | (62.016) | 6.891 | 34.412 | (72.539) | (216.124) | (3.873) | (252.469) | (47.056) | (130.922) | (22.405) | (339.961) |

(a) Vide nota explicativa 13;

(b) Em 2022: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A. (BASA), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Votorantim (BV) e Banco do Nordeste (BNB) até 30 de junho de 2022;

(c) Em 2022: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) até 30 de junho de 2022; e

(d) Em 2022: Ministério de Minas e Energia (MME), Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até 30 de junho de 2022.

34.2 Transações com partes relacionadas - Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do Consolidado:

| Patrimonial | 31/12/2023 | | | | | 31/12/2022 | | | | | ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico | |
|---|-----------------------------|----------------|--|---------------------|-----------------------------|---------------|--|---------------------|---------------------|------------------|---|---|
| | Controladas em conjunto (a) | Coligadas (a) | Entidades benefício pós-emprego e de saúde | Empresas Eletrobras | Controladas em conjunto (a) | Coligadas (a) | Entidades benefício pós-emprego e de saúde | Empresas Eletrobras | Empresas Eletrobras | | | |
| Ativos | | | | | | | | | | | | |
| Clientes | - | 12.983 | 8.535 | - | 22.416 | - | 4.458 | 7.824 | - | 17.776 | - | - |
| Outras contas a receber | - | - | 153 | 115 | 135.906 | - | - | 1.270 | 932 | 136.409 | - | - |
| Dividendos / JCP a receber | - | 45.552 | 118.377 | - | - | - | 46.007 | 71.402 | - | - | - | - |
| PECLD (b) | - | - | - | - | (135.357) | - | - | - | - | (135.357) | - | - |
| Imobilizado - Obrigações vinculadas à concessão | - | - | - | - | (9.150) | - | - | - | - | (9.150) | - | - |
| Total Ativo | 58.535 | 127.065 | 115 | 13.815 | 50.465 | 80.496 | 932 | 9.678 | 932 | 9.678 | - | - |
| Passivos | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | 11.980 | 14.288 | 303 | 21.525 | - | 12.266 | 10.282 | 231 | 49.334 | 105 | - |
| Obrigações diversas | - | - | - | 460 | 7.394 | - | - | - | 11.079 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - | 146.099 | 359.787 | - | - | - | 4.892 | 454.687 | - | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | - | - | - | - | 673.200 | - | - | - | - | 740.327 | - | - |
| Outras contas a pagar | - | 474 | - | 10.738 | 184 | - | 460 | - | 87.468 | 99 | - | - |
| Total Passivo | 12.454 | 14.288 | 157.600 | 1.062.090 | 12.726 | 10.282 | 103.670 | 1.244.447 | 103.670 | 1.244.447 | 105 | - |

(a) Vide nota explicativa 13; e

(b) A PECLD com Empresas Eletrobras de R\$ 135.357; (i) Eletropar - Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e fibra ótica, no montante de R\$ 105.261; e (ii) Chesf - O valor registrado de R\$ 30.096 refere-se a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf nas operações no Mercado Atacadista de Energia (MAE).

| Resultado | 31/12/2023 | | | | | 31/12/2022 | | | | | Bancos | Administração Comum | União Federal |
|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------|--|---------------------|-----------------------------|----------------|--|---------------------|---------------------|-----------------|------------------|---------------------|---------------|
| | Controladas em conjunto (a) | Coligadas (a) | Entidades benefício pós-emprego e de saúde | Empresas Eletrobras | Controladas em conjunto (a) | Coligadas (a) | Entidades benefício pós-emprego e de saúde | Empresas Eletrobras | Empresas Eletrobras | | | | |
| Receita uso da rede elétrica | 44.957 | 41.997 | - | 246.070 | 38.210 | 35.242 | - | 206.603 | - | - | - | 14.904 | |
| Receitas de prestação de serviços | 104 | 3.167 | - | 8.999 | 307 | 16.335 | - | 6.295 | - | - | - | 6.353 | |
| Outras receitas | - | 455 | 10.351 | 6.970 | 526 | - | 102.698 | 83.280 | 8.079 | 408 | - | 2 | |
| Compra de Energia Elétrica | (104.464) | (145.249) | - | (2.018) | (107.769) | (179.883) | - | - | - | - | - | - | |
| Encargos de Uso da Rede | (35.319) | (16.396) | - | (195.297) | (34.417) | (17.743) | - | (168.406) | - | - | - | - | |
| Venda de Energia | 19.847 | 54.010 | - | - | 12.674 | 39.505 | - | - | - | - | - | 14.898 | |
| Outras despesas | - | - | (3.432) | - | (125.129) | (27) | - | (334.416) | (24.556) | (796) | (22.405) | (376.118) | |
| Receitas (Despesas) Financeiras | - | - | - | (2) | - | - | - | (1.333) | (75.071) | (130.534) | - | - | |
| Encargos de dívidas | - | - | (28) | (30.310) | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Total | (74.875) | (62.016) | 6.891 | 34.412 | (216.124) | (3.873) | (252.469) | (47.056) | (130.922) | (22.405) | (339.961) | | |

(a) Vide nota explicativa 13.

34.3 Remuneração do pessoal-chave

A remuneração do pessoal-chave da Empresa (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|----------------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Benefícios de curto prazo | 3.407 | 5.379 | 8.401 | 7.038 |
| Benefícios pós-emprego | 392 | 228 | 392 | 228 |
| Remuneração baseada em ações | 2.247 | - | 2.247 | - |
| Outros benefícios de longo prazo | 2.003 | - | 4.452 | - |
| Total | 8.049 | 5.607 | 15.492 | 7.266 |

Prática contábil

A Empresa elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos inter companhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Furnas e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Empresa pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negocial e decisório devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração do Fluxo de Caixa. As referidas operações estão demonstradas no quadro abaixo:

Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia (nota explicativa 18.2). Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (nota explicativa 31).

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

33.1 Resultado por segmento

Os segmentos de negócios da Empresa divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Empresa, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPE, cujo monitoramento e gestão são feitos de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:



Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

36. COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Empresa estão apresentados a seguir:

| Compromissos | CONSOLIDADO | | | | | |
|--|-------------|-----------|-----------|-----------|---------|-----------|
| | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | Após 2029 |
| Venda de energia | 3.950.638 | 3.084.479 | 1.821.307 | 1.007.032 | 884.731 | 8.714.227 |
| Compra de energia | 1.472.135 | 1.380.371 | 1.366.967 | 772.638 | 485.513 | 4.127.695 |
| Relacionados a controladas em conjunto | 148.086 | - | - | - | - | - |
| Aquisições de imobilizados | 2.339.671 | 2.665.570 | 1.450.691 | 1.775.083 | 399.202 | 1.158.755 |
| Fornecedores de combustíveis | 234.155 | 234.155 | - | - | - | - |
| Construção | 2.488 | 2.666 | 1.451 | 1.775 | 399 | 1.158 |
| Sociambientais | 37.899 | 37.899 | 37.899 | 37.899 | 37.899 | 37.860 |

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 Incorporação de Furnas pela Eletrobras

Em de janeiro de 2024, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, informou que os seus acionistas reunidos na AGE, aprovaram, por maioria, a incorporação da subsidiária integral Furnas - Centrais Elétricas S.A. A incorporação não acarretará aumento de capital, nem a emissão de novas ações pela Eletrobras e nem direito de recesso. Após a verificação das condições suspensivas, a incorporação ocorrerá na data a ser definida pelo Conselho de Administração da Eletrobras. A incorporação de Furnas representa marco importante à reorganização societária da Eletrobras e simplificação de sua estrutura conforme previsto no Plano Estratégico.

CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO
Diretor Presidente

FRANSISCO JOSÉ ARTEIRO DE OLIVEIRA
Diretor de Operação e Manutenção

LUIZ LAÉRCIO SIMÕES MACHADO JÚNIOR
Diretor de Comercialização

SIMONE DA SILVA CERUTTI DE AZEVEDO - Gerente de Contabilidade e Tributário - CRC - RJ 103826/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional das coligadas, controlada e de empresa controlada em conjunto

Conforme mencionado nas Nota 13.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada em conjunto Teles Pires Participações S.A., a coligada Chapecoense S.A. e a controlada Madeira Energia S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2023. As circunstâncias da controlada em conjunto, da coligada e da controlada demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Notas 14) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 13)

O ativo imobilizado consolidado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidrelétrica e termelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Empresa e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perda nesses investimentos, a Empresa realiza a avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontado (valor em uso) ou seu valor justo líquido de despesa de venda, dos dois o maior.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, coligadas ou controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas e despesas projetadas.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 9)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão que é remunerada pela Receita Anual Permissão - RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão.

A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfetidas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejadas é formada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Empresa, nos riscos de atrasos nas obras, nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração. Essas taxas são a melhor representação do componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros e também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração, afetando a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Empresa.

Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 27)

A Empresa e suas controladas são partes passivas em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, originados no curso normal dos negócios.

A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Empresa e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e tributários e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Empresa e suas controladas.

Avallamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas e despesas projetadas por UGC e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e investimentos em coligadas e controladas em conjunto são consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis dos preços dos contratos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permissão ("RAP") nos controles auxiliares da Empresa com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avallamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como a definição das taxas de remuneração utilizadas e as margens dos contratos.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento.

Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Empresa e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avallamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos opiniões legais de consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Combinação de negócios (Nota 13.2)

Durante o último trimestre de 2023, a Empresa concluiu o processo de aquisição de controle da Baguari Energia S.A., da Retiro Baixo Energética S.A., da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Empresa, com o apoio de avaliadores externos contratados pela administração.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerente ao processo de combinação de negócios, que envolve a determinação da data de obtenção de controle e da contraprestação paga na transação, bem como na identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração dos valores justos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação da combinação de negócios.

Efetuamos a leitura dos contratos, atas de reunião e laudos de alocação do preço pago relacionados com as aquisições, bem como obtivemos evidências que fundamentaram a determinação do adquirente e das datas de aquisição do controle da Baguari Energia S.A., da Retiro Baixo Energética S.A., da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. pela Empresa.

Também contamos com o envolvimento de nossos especialistas em mercado de capitais para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Empresa, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avallamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avallamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avallamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP26364/O-0

